



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

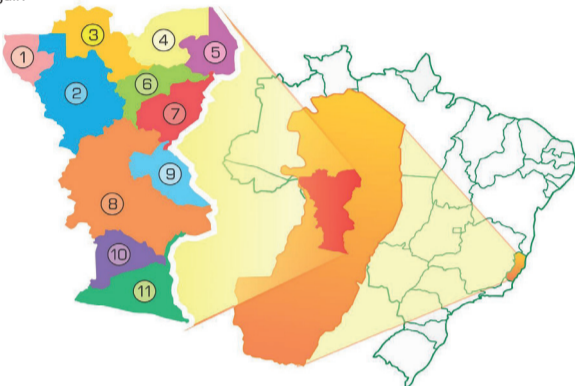
MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

É com grande satisfação que compartilhamos o Relatório da Administração, oferecendo uma análise detalhada da trajetória da Santa Maria ao longo do último ano. Nosso objetivo é proporcionar uma visão abrangente dos avanços, desafios e conquistas que moldaram nossa jornada em 2023. Durante este ano, a missão de levar energia elétrica com qualidade a todos os cantos e para toda a sociedade permaneceu como a bússola orientadora de nossas iniciativas. Buscamos incessantemente ser reconhecidos como a melhor distribuidora de energia elétrica do Brasil, fundamentados em valores sólidos: ética, transparência, segurança, competência, comprometimento e sustentabilidade. Este relatório vai além de números e resultados; é uma narrativa que destaca nosso compromisso contínuo com a ética nos negócios, a transparência em nossas relações e a priorização da segurança e competência em todas as operações. Contamos com uma equipe qualificada, dedicada à excelência na prestação de serviços. No último ano, estivemos empenhados em contribuir ativamente para o desenvolvimento de todos os setores da sociedade, procurando incorporar práticas sustentáveis em cada aspecto de nossa atuação. Agradecemos profundamente pela confiança e parceria de cada um de vocês.

Boa leitura.
Arthur Arpini Coutinho
Diretor-Presidente da Santa Maria

1. SOBRE A SANTA MARIA - A Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. ("Santa Maria" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Colatina, Espírito Santo. Atua como concessionária de distribuição de energia elétrica, abrangendo 11 municípios em uma área de 4.994 km². Atende cerca de 290 mil pessoas em 123,5 mil unidades consumidoras, sendo regulada pela ANEEL, com contrato vigente até 2045.

1.1 Área de concessão - Geograficamente, a área de concessão da Santa Maria está localizada na Região Noroeste do Estado do Espírito Santo, conforme evidenciado no mapa a seguir:



1. Alto Rio Novo; 2. Pancas; 3. Águia Branca; 4. São Gabriel da Palha; 5. Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca); 6. São Domingos do Norte; 7. Governador Lindenberg; 8. Colatina (exceto o distrito de Itapina); 9. Marilândia; 10. São Roque do Canaã; 11. Santa Teresa (exceto a Sede e o distrito de Alto Santa Maria). A economia na região é diversificada, abrangendo atividades agrícolas, pecuárias e industriais. A agricultura, sobretudo na produção de café conilon, é de grande destaque. Segundo dados do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural ("INCAPER"), o Espírito Santo é o maior produtor de café conilon do Brasil, respondendo por cerca de 70% da produção nacional. A Região Noroeste, em particular, destaca-se ao contribuir com aproximadamente 41,5% dessa produção local. A cafeicultura na região concentra-se em áreas de topografia acidentada, liderada por pequenos produtores familiares que adotam tecnologias avançadas. Com mais de 70% das plantações irrigadas, a região demonstra uma infraestrutura agrícola robusta, influenciando diretamente o mercado da Companhia. Desde sua fundação em 1946, a Santa Maria tem mantido um compromisso sólido com a eletrificação rural, inaugurando esse esforço em 1956 com a construção da usina de Tabocas, a 40 km de Colatina. A conexão com a usina de Rio Bonito impulsionou significativamente a disponibilidade de energia, contribuindo para o desenvolvimento econômico regional. A Santa Maria foi pioneira na universalização do fornecimento de energia elétrica, apresentando um dos maiores percentuais de consumo rural do país, atualmente em torno de 40% do mercado total. O setor residencial, por sua vez, contribui com aproximadamente 31% da energia distribuída pela Companhia. Além disso, a região tem experimentado um crescimento nos setores de comércio e serviços, especialmente no município de Colatina, reconhecido por sua posição estratégica como centro comercial e de serviços na Região Noroeste. **1.2 Clientes** - Ao longo do ano de 2023, foram conectados 2.185 novos clientes ao sistema de distribuição da Santa Maria (acréscimo de 1,8% em relação a 2022), totalizando 123.552 consumidores atendidos, conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022
Consumidores cativos		
Residencial	76.295	74.630
Rural	34.460	33.789
Comercial, serviços e outros	10.067	9.860
Industrial	1.381	1.776
Demais classes	1.265	1.252
Subtotal	123.468	121.307
Consumidores livres		
Comercial, serviços e outros	35	20
Industrial	46	37
Subtotal	81	57
Agentes de geração		
Industrial	3	3
Subtotal	3	3
Total	123.552	121.367
Variação	1,80%	1,98%

1.3 Sistema de distribuição - O sistema de distribuição da Santa Maria é robusto e cuidadosamente dimensionado, visando assegurar a qualidade do serviço prestado e a confiabilidade do sistema elétrico. Os principais dados das instalações e ativos elétricos em serviço em 31 de dezembro são apresentados a seguir:

Descrição	2023	2022	Variação (%) 2023/2022
Subestações			
Quantidade	13	13	0,0
Potência instalada de transformadores (MVA)	691	691	0,0
Redes de distribuição próprias (Km)	8.309	8.213	1,2
AT (maior ou igual a 69 KV)	107	107	0,0
MT (entre 1 e menor a 69 KV)	7.401	7.319	1,1
BT (menor que 1 KV)	801	787	1,7
Transformadores de distribuição próprios (Quantidade)	18.131	17.597	3,0
Urbano	1.471	1.432	2,7
Rural	16.660	16.165	3,1
Potência instalada na distribuição própria (MVA)	437	415	5,5
Urbano	115	111	3,9
Rural	322	304	6,1
Postes em redes de distribuição (Quantidade)	91.578	90.092	1,6
Urbano	24.659	24.271	1,6
Rural	66.919	65.821	1,7

A Companhia gerencia um sistema elétrico que abrange aproximadamente 107 km de linhas de distribuição, operando em tensões de 138 mil e 69 mil volts, conforme detalhado a seguir:

Linhas de distribuição	Extensão (km)
69 kV	50
138 kV	57

Esse sistema é composto por 13 subestações de distribuição, totalizando uma potência instalada de 691 MVA, evidenciando a capacidade da Santa Maria em lidar com demandas elétricas significativas. O parque de subestações categorizado por níveis de tensão é como segue:

Tensão	Quantidade	MVA
24,2 kV	6	43
69 kV	4	293
138 kV	3	355

Além disso, a Companhia mantém um sistema de distribuição de média tensão, com aproximadamente 7.401 km de redes operando entre 15 e 25 mil volts. Esta rede é equipada com 18.131 transformadores próprios, resultando em uma potência instalada de 437 MVA. A Santa Maria também conta com uma frota de 95 veículos, predominantemente composta por caminhões e caminhonetes, destinados a oferecer suporte eficiente às suas operações. Essa abordagem evidencia o compromisso da Companhia em garantir a eficácia operacional, a manutenção da infraestrutura elétrica e a satisfação dos clientes.

2. PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS - Prêmio ABRADÉE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica

O Prêmio ABRADÉE transcende a mera celebração para se tornar um veículo de estímulo à cooperação e ao aprimoramento da gestão nas empresas associadas. Reconhecendo esforços em diversas categorias, visa impulsionar melhorias e consolidar-se como um indicador de excelência na qualidade dos serviços oferecidos pelas distribuidoras de energia elétrica no Brasil, ao longo de duas décadas. Em 2023, a Santa Maria destacou-se como finalista em todas as categorias de "Empresas com menos de 500 mil consumidores". Na cerimônia de premiação, alcançou o 2º lugar na categoria "Responsabilidade Socioambiental" e o 3º lugar na categoria "Avaliação Pelo Cliente".

Prêmio ANEEL de Satisfação do Consumidor

O Prêmio ANEEL de Satisfação do Consumidor é uma iniciativa da Agência Nacional de Energia Elétrica que reconhece as distribuidoras com os melhores Índices de Satisfação dos consumidores. Essa premiação avalia diversos aspectos, incluindo fornecimento de energia e atendimento ao cliente, por meio de pesquisas de opinião. As distribuidoras que se destacam recebem o prêmio, fomentando a melhoria contínua e evidenciando a relevância da satisfação do consumidor no setor de energia elétrica no Brasil. Em 2023, a Santa Maria foi finalista na categoria "Sul e Sudeste acima de 30 mil e até 400 mil unidades consumidoras" e obteve a 2ª colocação na premiação. A Companhia se destaca na 7ª posição geral, entre as 53 concessionárias de distribuição de energia elétrica do Brasil.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL - 3.1. Contexto setorial

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") e conta com a participação dos seguintes agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema ("ONS"), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional ("SIN"); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética ("EPE"), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor. Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

3.1.1. Tarifas

A Santa Maria é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeita à regulamentação da ANEEL e do MME, bem como aos termos do seu contrato de concessão. Dessa forma, a tarifa de fornecimento de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticada pela Companhia na distribuição de energia a clientes finais, é determinada de acordo com o seu contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL. Para preservar o equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato de concessão, são previstos três mecanismos de atualização da tarifa de energia elétrica: (i) reajuste tarifário anual; (ii) revisão tarifária periódica (a cada cinco anos); e (iii) revisão tarifária extraordinária. A data de aniversário dos reajustes tarifários anuais e das revisões tarifárias periódicas da Santa Maria é 22 de setembro. Considerando que em 2021 a Santa Maria se submeteu à 5ª revisão tarifária periódica, a próxima revisão tarifária da Companhia ocorrerá em 2026. **3.1.2. Reajuste tarifário anual de 2023** - Em setembro, foi homologado pela ANEEL o resultado do reajuste tarifário anual de 2023 da Santa Maria, o qual conduziu a um efeito médio nas tarifas percebido pelos consumidores de -10,85%, sendo de -18,27%, em média, para os consumidores conectados na alta tensão e de -9,50%, em média, para os consumidores conectados na baixa tensão.

Grupo de consumo

Grupo de consumo	Variação tarifária
AT - Alta tensão (>2,3kV)	-18,27%
BT - Baixa tensão (<2,3kV)	-9,50%

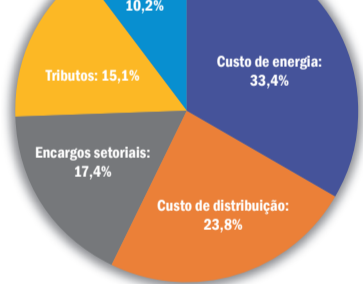
Efeito médio AT + BT

Efeito médio AT + BT	-10,85%
----------------------	---------

O efeito médio de -10,85% decorre: (i) do reajuste dos itens de custos das Parcelas A e B, calculados conforme estabelecido no PRORET, para a formação da receita requerida; (ii) da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes; e (iii) da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo tarifário anterior, que vigoraram até a data do reajuste em processamento. A diferença entre os efeitos médios indicados acima decorre da variação dos itens de custo arrecadados pelas tarifas aplicadas a cada grupo. Parte dos consumidores de alta tensão, que optaram pelo mercado livre, não participam do rateio de custos arrecadados via tarifa de energia (TE). Assim, os componentes financeiros negativos que foram mais intensivos em TUSD contribuíram para um alívio maior a ser percebido nas tarifas dos consumidores de alta tensão. Na composição do efeito médio, a variação dos custos de Parcela A contribuiu para o efeito médio em -1,36%, enquanto a variação de custos de Parcela B foi responsável por 0,67%, conforme apresentado a seguir:

Item	Descrição do item	Participação no processo tarifário 2023	2022
1	Encargos setoriais	-0,76%	8,72%
2	Custos de transmissão	-0,50%	1,95%
3	Custos de aquisição de energia	-0,08%	4,81%
4	Receitas irre recuperáveis	-0,02%	0,02%
5	Total da Parcela A (1 + 2 + 3 + 4)	-1,36%	15,50%
6	Total da Parcela B	0,67%	2,42%
7	Índice de Reposicionamento Tarifário (5 + 6)	-0,69%	17,92%
8	Efeito dos itens financeiros - Processo atual	-6,33%	7,34%
9	Efeito dos itens financeiros - Processo anterior	-3,83%	-5,22%
10	Reajuste Total Médio das Tarifas (7 + 8 + 9)	-10,85%	20,04%

A participação dos itens das Parcelas A e B na nova receita anual da Companhia, com tributos, é como segue:

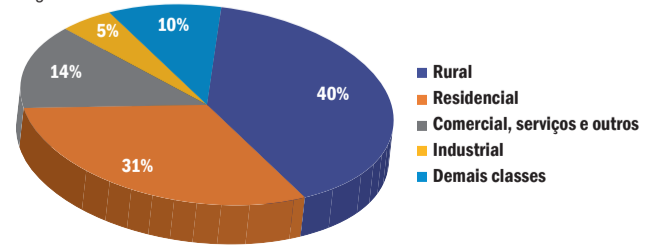


3.2. Mercado de distribuição da Santa Maria

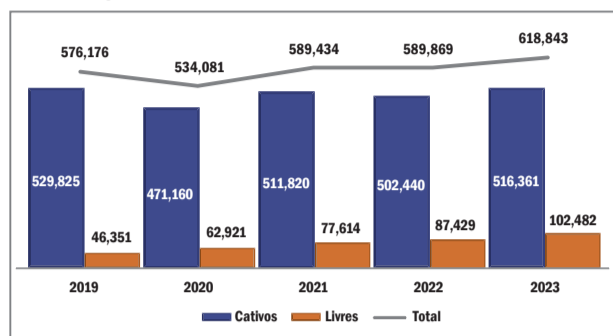
Em 2023, o fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais (mercado cativo) da Santa Maria atingiu 516,361 GWh, refletindo um aumento de +2,8% em comparação com 2022, quando o total foi de 502,440 GWh. O desempenho positivo em 2023 é atribuído, principalmente, a fatores climáticos, incluindo um menor volume de chuvas e temperaturas mais elevadas ao longo do ano. Esses elementos impactaram notadamente as classes rural e residencial, as quais representam os maiores consumidores da Companhia, registrando variações positivas de +5,4% e +8,4%, respectivamente. As classes comercial e industrial, por outro lado, apresentaram variações negativas de -5,9% e -24,5%, respectivamente, em comparação com 2022. Essa queda é predominantemente resultado da migração de consumidores cativos para o ambiente de contratação livre, ocorrida em 2023. O comportamento do mercado cativo em GWh, por classe de consumo, é detalhado da seguinte forma:

Classe de consumo	2023	2022	Variação (%) 2023/2022
Rural	206,091	195,490	5,4
Residencial	159,718	147,339	8,4
Comercial, serviços e outros	74,794	79,455	-5,9
Industrial	23,380	30,974	-24,5
Iluminação pública	18,808	18,899	-0,5
Poder público	18,634	15,980	16,6
Serviço público	14,203	13,622	4,3
Consumo próprio	0,733	0,681	7,6
Total	516,361	502,440	
Variação	2,8%	-1,8%	

A participação no mercado cativo da Santa Maria, por classe de consumidores, é demonstrada a seguir:



Ao final de 2023, a Companhia registrou 81 consumidores livres (57 em 2022). A evolução do mercado total (cativo e livre) na área de concessão da Santa Maria, em GWh, nos últimos 5 anos, é como segue:



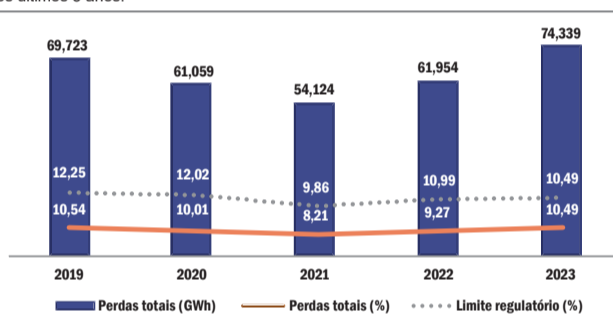
Durante o ano de 2023, o mercado total atingiu a marca de 618,843 GWh, em comparação com os 589,869 GWh registrados em 2022. Este aumento reflete um crescimento de +4,91% na carga consumida ao longo desses dois anos.

3.3. Perdas - Anualmente, a Santa Maria intensifica suas ações de combate ao furto e à fraude, ao mesmo tempo que dedica esforços constantes para aprimorar os processos de fiscalização, visando a redução das ligações clandestinas. Em 2023, as perdas totais de energia elétrica da Companhia atingiram 74,339 GWh, correspondendo a 10,49%, em comparação com os 61,954 GWh (9,27%) registrados em 2022. O aumento de 1,22 ponto percentual situou as perdas totais da Companhia no limite regulatório estabelecido pela ANEEL. O comportamento dessas perdas é apresentado da seguinte forma:

Perdas técnicas (%)		Perdas não técnicas (%)		Perdas totais na distribuição (%)		Limite ANEEL (%)
2022	2023	2022	2023	2022	2023	
7,25	8,88	2,02	1,61	9,27	10,49	10,49

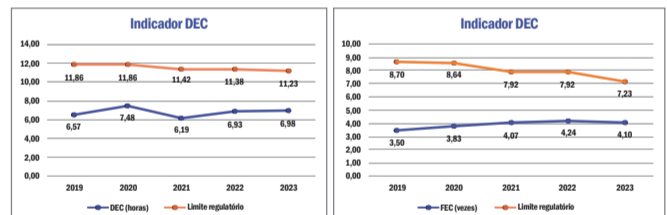
Perdas técnicas (GWh)		Perdas não técnicas (GWh)		Perdas totais na distribuição (GWh)		Variação (%) 2023/2022
2022	2023	2022	2023	2022	2023	
48,437	62,941	13,517	11,398	61,954	74,339	19,99

O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas totais de energia elétrica da Santa Maria nos últimos 5 anos:



3.4. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

Em decorrência dos investimentos realizados pela Companhia e das ações de manutenção preventiva realizadas periodicamente nas instalações do sistema de distribuição de energia elétrica, os indicadores DEC e FEC permaneceram em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL. Os gráficos a seguir demonstram a evolução desses indicadores nos últimos 5 anos:



3.5. Balanço energético

O balanço energético reflete a energia contratada para atender à demanda do mercado da Companhia, considerando as perdas na distribuição e na rede básica, com o saldo ajustado no mercado de curto prazo. Em 2023, a compra total de energia elétrica atingiu 624,248 GWh, em comparação com 650,152 GWh em 2022. Desse volume, os contratos bilaterais contribuíram com 19,1%, os CCEARs representaram 19,5%, os contratos de energia base compreenderam 41,9%, e o MCSD contribuiu com 19,5%. O balanço energético da Santa Maria, expresso em GWh, é detalhado da seguinte forma:

Suprimento (GWh)		Faturamento (GWh)	
Bilaterais (a)	119,079	516,361	Fornecimento
CCEARs (b)	121,589	15,501	Perdas na rede básica
Energia Base (c)	261,338	62,941	Perdas técnicas
MCSD (d)	122,242	11,398	Perdas não técnicas
Mercado de curto prazo	-18,047	102,482	Energia em trânsito
Energia em trânsito	102,482		

a) Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica firmado com a Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda; b) Refere-se aos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (leilões); c) Refere-se ao Proinfa, às cotas de Angra I e II, às cotas de garantia física e à energia elétrica de Itaipi; e d) Refere-se ao mecanismo de compensação de sobras e déficits de energia elétrica.

3.6. Investimentos

3.6.1. Investimentos em serviço - Em 2023, a Santa Maria investiu recursos da ordem de R\$ 23,2 milhões (R\$ 14,8 milhões em 2022), líquidos dos recursos recebidos na forma de participação financeira de clientes pessoas físicas, jurídicas, União, Estado e Municípios (obrigações especiais). A seguir é apresentado um resumo desses investimentos por tipo de ativo:

Investimentos em serviço	2023	2022	Variação (R\$ mil) 2023/2022	Variação (%) 2023/2022
Linhas e redes de distribuição	20.443	14.105	6.338	44,9
Subestações	250	111	139	125,2
Sistema de medição	4.072	2.608	1.464	56,1
Veículos	3.074	1.490	1.584	106,3
Outros ativos	1.073	1.002	71	7,1
Investimento bruto	28.912	19.316	9.596	49,7
(-) Obrigações especiais	(5.684)	(4.510)	(1.174)	26,0
Investimento líquido	23.228	14.806	8.422	56,9

Os investimentos realizados em 2023 foram concentrados principalmente no reforço do sistema elétrico, com foco em projetos de redes de distribuição que garantem maior confiabilidade e eficiência ao fornecimento de energia elétrica. Além disso, houve incremento nos investimentos em sistema de medição e veículos em relação a 2022. **Linhas e Redes de Distribuição** - A Companhia destinou um investimento de R\$ 20,4 milhões para aprimorar sua rede de distribuição, com o objetivo de ampliar a capacidade de atendimento e reforçar a confiabilidade do sistema elétrico. Este esforço abrangeu a implementação de diversas melhorias, como o trifaseamento, reforço e interligação de alimentadores, instalação de religadores automáticos, atendimento a novos consumidores e a introdução de equipamentos voltados para a melhoria da qualidade na distribuição de energia elétrica. Como resultado

Continua»»



Assinado Digitalmente por: NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 12/04/2024

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

»»» Continuação EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

dessas iniciativas, observou-se um aumento na capacidade instalada, alcançando 23 MVA, e uma expansão da rede em 82 quilômetros. Destaca-se também a atenção especial à escolha de transformadores verdes, que utilizam óleo vegetal em vez de óleo mineral, representando um investimento de R\$ 8,2 milhões. Essa decisão não apenas reforça o compromisso ambiental da Santa Maria, mas também proporciona maior eficiência e segurança operacional. Adicionalmente, a Companhia optou pela implementação de postes e cruzetas de fibra de vidro, reconhecidos por sua leveza, durabilidade e resistência às adversidades climáticas. Essa mudança contribui para agilizar os atendimentos e reduzir a necessidade de manutenções frequentes. A instalação de redes protegidas ou isoladas em áreas urbanas também foi priorizada, buscando minimizar os riscos de acidentes e interrupções, elevando assim a confiabilidade e segurança da rede elétrica. Essas iniciativas refletem o compromisso da Santa Maria com a excelência operacional e a promoção de um futuro sustentável, alinhando-se às expectativas de um mercado cada vez mais consciente do impacto ambiental de suas escolhas. • **Sistema de Medição** - No total, foram investidos R\$ 4 milhões no sistema de medição, com destaque para a instalação de medidores eletrônicos e sistema de telemedição, representando, respectivamente, R\$ 2,7 milhões e R\$ 1 milhão. A telemedição possibilita a coleta remota de dados, reduzindo custos operacionais e permitindo uma gestão mais eficiente da rede. Outro ponto relevante foi a incorporação de medidores inteligentes nas operações da Santa Maria, proporcionando uma medição precisa e automatizada, otimizando o monitoramento do consumo de energia. Esses investimentos visam modernizar o sistema de medição da Companhia. • **Veículos** - O investimento no processo de renovação da frota de veículos totalizou R\$ 3 milhões, distribuídos da seguinte forma: R\$ 2 milhões destinados à aquisição de 9 caminhonetes de atendimento, utilizadas para garantir uma resposta rápida e eficiente nas operações diárias e em situações de emergência; R\$ 700 mil empregados na compra de 1 caminhão, essencial para o transporte de equipamentos pesados e apoio em obras e manutenções de maior porte; e R\$ 300 mil investidos em 2 veículos elétricos, financiados com recursos do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da ANEEL, demonstrando o compromisso da Santa Maria com a inovação e sustentabilidade. • **3.6.2. Investimentos em curso** - A Companhia possui investimentos em curso, cujos montantes em 31 de dezembro são os seguintes:

Investimentos em curso	31/12/2023	31/12/2022	Variação (R\$ mil) 2023/2022	Variação (%) 2023/2022
Infraestrutura da concessão	74.192	17.075	57.117	334,5
(-) Obrigações especiais	(4.418)	(1.989)	(2.429)	122,1
Total	69.774	15.086	54.688	362,5

O crescimento dos investimentos em curso em relação ao ano de 2022 está predominantemente associado à execução do "Projeto Colatina 2". Diante da necessidade imperativa de ampliar a capacidade de atendimento e em busca contínua pela elevação da confiabilidade e qualidade do serviço de fornecimento de energia elétrica, a Santa Maria está atualmente em processo de implementação desse projeto, que envolve a instalação de uma nova subestação e duas linhas de distribuição, representando um marco significativo para a Companhia ao proporcionar uma segunda conexão ao Sistema Interligado Nacional (Rede Básica) e assegurar a disponibilidade de energia à região atendida nos próximos 10 anos. Denominada SE Colatina 2, a nova subestação será conectada por uma linha de distribuição à SE João Neiva 2, parte integrante da Rede Básica. A SE João Neiva 2, localizada em João Neiva, tem seu consolidado como um ponto robusto no sistema nacional, o que resultará em um substancial aumento na confiabilidade do fornecimento de energia elétrica para a Santa Maria, mediante a conexão da SE Colatina 2. Para interligar a SE Colatina 2 às demais linhas e subestações da Companhia, será construída uma linha entre a nova subestação e uma linha já existente. A localização estratégica da subestação foi cuidadosamente escolhida para atender diversos critérios, incluindo facilidade de conexão com o sistema atual de alta tensão da Santa Maria, integração com as redes de média tensão existentes, atendimento às cargas locais em crescimento, expansão do sistema de alta tensão às regiões leste e norte da concessão, qualidade do terreno e proximidade com a subestação da Rede Básica. Os elementos do Projeto Colatina 2 apresentam características específicas, destacando-se: • **SE Colatina 2** - Subestação com transformações de nível de tensão em 138/69 kV e 69/25-15 kV, com quatro circuitos de alta tensão em 138 e 69 kV, expansível a até 9 circuitos de alta tensão; com 5 circuitos de distribuição de energia em 25 e 15 kV, expansível a até 10 circuitos de distribuição. • **LD João Neiva 2 - Colatina 2** - Linha de distribuição em circuito duplo na tensão 138 kV, com aproximadamente 28,2 km de extensão, com torres metálicas. • **LD Colatina 2 - Duas Vendinhas** - Linha de distribuição em circuito duplo na tensão 69 kV, com aproximadamente 15,6 km de extensão, com torres metálicas. Este projeto demanda um investimento total estimado de R\$ 82 milhões, distribuídos de acordo com a seguinte alocação financeira: R\$ 30,2 milhões para a construção da SE Colatina 2, R\$ 31,4 milhões para a LD João Neiva 2 - Colatina 2, e R\$ 20,4 milhões para a LD Colatina 2 - Duas Vendinhas. As fontes de recursos para este empreendimento abrangem 20% de recursos próprios, evidenciando o compromisso da Santa Maria com o desenvolvimento e aprimoramento de sua infraestrutura elétrica. Além disso, 80% do investimento será financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por meio de captação direta, destacando a confiança e reconhecimento da Companhia na viabilidade e importância do projeto. Essa diversificação nas fontes de financiamento destaca a abordagem equilibrada e estratégica adotada pela Santa Maria, assegurando a sustentabilidade financeira do projeto, ao mesmo tempo em que reforça o compromisso da Companhia com a eficiência operacional e a satisfação contínua dos clientes. A parceria com o BNDES não apenas fortalece a viabilidade financeira, mas também ressalta o papel fundamental da Santa Maria na expansão e modernização da infraestrutura elétrica, contribuindo para o desenvolvimento regional e a oferta confiável de energia.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO - 4.1 Principais indicadores

Indicadores financeiros	Unidade	2023	2022	Variação 2023/2022
Ativo total	R\$ mil	370.298	265.123	39,67%
Caixa e equivalentes de caixa	R\$ mil	45.662	49.301	-7,38%
Patrimônio líquido	R\$ mil	191.547	177.912	7,66%
Endividamento bruto	R\$ mil	41.308	1.008	3998,02%
Endividamento (caixa) líquido	R\$ mil	(4.354)	(48.293)	-90,98%
Indicadores de resultados				
Receita operacional bruta	R\$ mil	504.468	459.294	9,84%
Receita operacional líquida	R\$ mil	346.626	303.912	14,05%
EBITDA	R\$ mil	43.082	28.803	49,57%
EBITDA ajustado	R\$ mil	46.579	31.778	46,58%
Resultado financeiro	R\$ mil	5.322	6.797	-21,70%
Lucro líquido	R\$ mil	31.454	22.021	42,84%
Indicadores relativos				
EBITDA ajustado / Receita operacional líquida	%	13,44	10,46	28,51%
Endividamento (caixa) líquido / EBITDA ajustado	vezes	-0,09	-1,52	-93,85%

Obs.: EBITDA ajustado inclui EBITDA mais participações estatutárias. • **4.2. Receita operacional bruta e líquida** - A receita operacional bruta da Companhia atingiu R\$ 504.468 em 2023, representando um aumento de R\$ 45.174 (9,8%) em relação a R\$ 459.294 em 2022. Já a receita operacional líquida registrou um acréscimo de R\$ 42.714 (14,1%) em 2023, totalizando R\$ 346.626, em comparação com R\$ 303.912 em 2022. A seguir, detalhamos as receitas operacionais da Santa Maria:

Descrição	2023	2022	Variação 2023/2022	Variação (%) 2023/2022
Fornecimento de energia e disponibilidade da rede	421.396	395.760	25.636	6,5
Ativos e passivos financeiros setoriais	(35.166)	(32.511)	(2.655)	8,2
Energia de curto prazo - CCEE	4.234	5.230	(996)	-19,0
Valor justo do ativo financeiro indenizável	643	622	21	3,4
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	79.761	66.072	13.689	20,7
Receita de construção	28.912	19.316	9.596	49,7
Outras receitas operacionais	4.688	4.805	(117)	-2,4
Receita operacional bruta	504.468	459.294	45.174	9,8
(-) Tributos sobre a receita	(97.692)	(93.715)	(3.977)	-4,2
(-) Encargos setoriais	(59.558)	(61.333)	1.775	-2,9
(-) Outras deduções	(592)	(334)	(258)	77,2
Receita operacional líquida	346.626	303.912	42.714	14,1

Dentre os fatores determinantes para o crescimento da receita operacional líquida em 2023, destacam-se principalmente: (i) aumento de +6,5% da receita proveniente do fornecimento de energia e disponibilidade da rede, impulsionado pelo crescimento de +4,91% no consumo total de energia ao longo do ano; (ii) crescimento de +20,7% da receita relacionada a subvenções vinculadas ao serviço concedido. Esse aumento resulta do maior consumo por parte de clientes com tarifas subsidiadas, especialmente irrigantes (+5,4%), consumidores livres (+17%) e residenciais de baixa renda (+15%). Além disso, o impacto do reconhecimento das subvenções ligadas ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) contribuiu para esse aumento; e (iii) crescimento de +49,7% da receita proveniente de construção, resultado do aumento do volume de investimentos realizados ao longo de 2023. Sem margem incorporada, a receita de construção corresponde ao custo de construção para a distribuição de energia, seguindo a ICP 01 - Contratos de Concessão, representando os investimentos concluídos no ativo intangível da concessão. • **4.3. Gastos operacionais** - Os gastos não gerenciáveis (Parcela A) aumentaram em R\$ 10.794 (+5,7%) em relação a 2022, atingindo R\$ 201.271 em comparação com os R\$ 190.477 registrados anteriormente. Já os gastos gerenciáveis (Parcela B) totalizaram R\$ 108.590 em 2023, representando um aumento de +19,5% (R\$ 17.684) em relação a 2022, quando o montante registrado foi de R\$ 90.906. A composição dos gastos operacionais da Santa Maria pode ser demonstrada da seguinte forma:

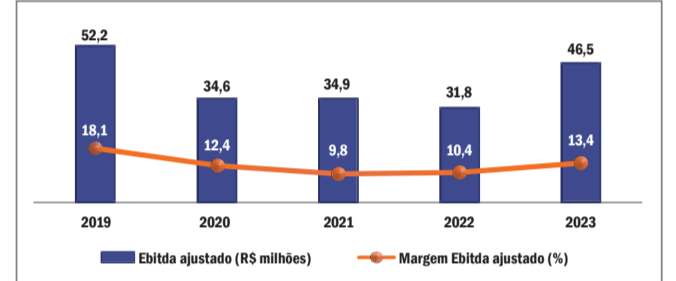
Descrição	2023	2022	Variação (R\$ mil) 2023/2022	Variação (%) 2023/2022
Gastos não gerenciáveis - Parcela A	201.271	190.477	10.794	5,7
Energia elétrica comprada para revenda	146.321	130.972	15.349	11,7
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	54.950	59.505	(4.555)	-7,7
Gastos gerenciáveis - Parcela B	108.590	90.906	17.684	19,5
PMSO	69.864	62.341	7.523	12,1
Pessoal	36.730	32.556	4.174	12,8
Administradores	4.973	4.471	502	11,2
Materiais	3.863	3.742	121	3,2
Serviços de terceiros	15.254	13.367	1.887	14,1
Seguros	656	477	179	37,5
Provisões	1.601	1.028	573	55,7
Tributos	620	766	(146)	-19,1
Gastos diversos	6.167	5.934	233	3,9
Outros gastos operacionais	38.726	28.565	10.161	35,6
Depreciação e amortização	9.249	9.249	565	6,1
Custo de construção	28.912	19.316	9.596	49,7
Total dos gastos operacionais	309.861	281.383	28.478	10,1

O aumento nos gastos não gerenciáveis (Parcela A) em 2023 resultou do maior volume de energia adquirida, especialmente por meio de contratos bilaterais (+19%) e do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit (MCSD) (+32%). Adicionalmente, o impacto das liquidações de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) também contribuiu para esse aumento. Por outro lado, o aumento nos gastos gerenciáveis (Parcela B) foi impulsionado pelo crescimento das despesas com PMSO (pessoal, materiais, serviços e outros) em 2023, registrando um aumento de +12,1% (R\$ 7.523) em comparação com 2022.

• **4.4. Lucro líquido e geração de caixa** - Em 2023, a Santa Maria alcançou um lucro líquido de R\$ 31.454, representando um aumento de +42,8% em comparação com os R\$ 22.021 registrados em 2022. Da mesma forma, a geração operacional ajustada de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 46.579, superando os R\$ 31.778 de 2022, refletindo um acréscimo de +46,6%. A evolução desses indicadores é detalhada abaixo:

Descrição	2023	2022	Variação (R\$ mil) 2023/2022	Variação (%) 2023/2022
Lucro líquido do exercício	31.454	22.021	9.433	42,8
(+) Impostos	7.136	4.330	2.806	64,8
(-) Resultado financeiro	(5.322)	(6.797)	1.475	-21,7
(+) Depreciação e amortização	9.814	9.249	565	6,1
(=) EBITDA	43.082	28.803	14.279	49,6
(+) Participações estatutárias	3.497	2.975	522	17,5
(=) EBITDA ajustado	46.579	31.778	14.801	46,6

Obs.: EBITDA ajustado inclui EBITDA mais participações estatutárias. O gráfico a seguir apresenta a evolução do EBITDA ajustado da Companhia nos últimos 5 anos:



• **4.5. Estrutura de capital** - Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia atingiu R\$ 45.662, ultrapassando o endividamento bruto. Nesse período, em razão das captações realizadas pela Santa Maria ao longo do ano, o caixa líquido diminuiu de R\$ 48.293 em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 4.354 em 31 de dezembro de 2023. Como resultado, a relação entre o caixa líquido e o EBITDA ajustado ao final de 2023 foi de -9,3%. Abaixo estão detalhadas as dívidas de curto e longo prazos da Companhia em 31 de dezembro:

Descrição	2023	2022
Empréstimos e financiamentos - curto prazo	1.576	640
Empréstimos e financiamentos - longo prazo	39.732	368
Endividamento bruto	41.308	1.008
Caixa e equivalentes de caixa	(45.662)	(49.301)
Endividamento (caixa) líquido	(4.354)	(48.293)
Endividamento (caixa) líquido / EBITDA ajustado (%)	-9,3	-152,0

5. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA) - 5.1. Dimensão ambiental

- Para a Santa Maria, a gestão ambiental está fundamentada no respeito ao meio ambiente, visando a identificação, controle, prevenção e compensação dos impactos ambientais decorrentes da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica. O compromisso da Companhia é buscar a melhoria contínua dos processos, em estrita conformidade com a legislação e normas aplicáveis. A Companhia empenha-se na obtenção de outorga e licenciamento ambiental para seus empreendimentos, com o intuito de minimizar os impactos ambientais resultantes de suas operações. Esse comprometimento se reflete na implementação de medidas mitigadoras e compensatórias, conforme determinado pelos órgãos ambientais competentes. Para preservar a biodiversidade e proteger o patrimônio natural nas áreas de atuação, a Santa Maria realiza diversas atividades, como reflorestamento, monitoramento, execução e manutenção de aceiros, além de promover iniciativas de educação ambiental. A intervenção mais significativa na biodiversidade está associada à necessidade de manutenção de corredores de linhas de distribuição, ocasionando inibição da regeneração natural da vegetação nas faixas de segurança e severidade das redes de distribuição, bem como impacto visual. A poda é realizada exclusivamente por profissionais habilitados e capacitados, com respeito ao meio ambiente e sem comprometer a segurança da população, sendo necessária para a preservação da qualidade na prestação do serviço. Quanto à gestão hídrica, as atividades da Santa Maria não causam efeitos significativos sobre fontes hídricas em termos de retirada de água. A Companhia não recicla água em seus processos, porém, adota práticas de reutilização, direcionando a água proveniente dos aparelhos de ar condicionado e das chuvas para utilização nos sanitários da sede, contribuindo para a conservação dos recursos hídricos.

5.2. Dimensão social - A Santa Maria atua ativamente no apoio e desenvolvimento de projetos que promovem a educação, cultura, esporte, geração de renda, empreendedorismo e o desenvolvimento econômico e social nas comunidades em que está presente. Algumas das principais ações realizadas no último ano incluem:

- Doação para a Associação Amigas para o Bem Viver, uma ONG em Colatina que oferece apoio a pacientes no enfrentamento do câncer, fornecendo serviços como atendimento psicológico, jurídico, confecção de perucas e próteses mamárias.
 - Apoio à campanha do Outubro Rosa em Colatina, destacando a importância da prevenção, diagnóstico precoce e rastreamento do câncer de mama.
 - Apoio à campanha do Novembro Azul em Colatina, ressaltando a importância da prevenção, diagnóstico precoce e rastreamento do câncer de próstata.
 - Montagem da tradicional árvore de Natal em Colatina.
 - Continuidade do projeto Escola de Eletricista de Redes de Distribuição, em parceria com o SENAI Colatina, objetivando qualificar profissionais interessados em trabalhar na área de distribuição de energia elétrica, com um curso gratuito de 380 horas.
 - Apoio ao projeto Plantar é Viver, que vem crescendo a cada edição e ganhando importância na região noroeste capixaba, como propagador da consciência ambiental, principalmente entre as crianças. Além de educar, o projeto faz com que as pessoas coloquem a mão na massa com o plantio de árvores nativas.
 - Doação de um gerador de energia de 10 CV ao projeto CEREIAS - Centro de Reintrodução de Animais Selvagens, localizado na cidade de Aracruz/ES.
 - Doação de 82 brinquedos ao projeto social de crianças carentes localizado no bairro Colúmbia em Colatina.
 - Doação para a Associação Colatinense de e para a Pessoa Portadora de Deficiência Visual - ACDV.
 - Patrocinador oficial do Prêmio Biguá 2023 de Sustentabilidade. O Prêmio Biguá de Sustentabilidade tem como objetivo divulgar, valorizar e incentivar a preservação ambiental, premiando empresas, instituições, escolas e pessoas da sociedade que se destacam por praticar ações de proteção, recuperação, preservação e cuidado com o meio ambiente. Essas iniciativas refletem o compromisso contínuo da Santa Maria com a responsabilidade social, fortalecendo seu papel como agente de transformação positiva nas comunidades em que atua.
- 5.2.1. Valorização da diversidade e inclusão corporativa** - Santa Maria declara seu repúdio a comportamentos discriminatórios que comprometam a promoção da igualdade de oportunidades no ambiente interno e nas relações com seus consumidores, fornecedores e comunidade local. Além disso, a empresa busca ativamente promover a diversidade em seus processos de recrutamento e promoção. Para isso, mantém um programa específico de contratação de pessoas com deficiência, não apenas para atender às exigências legais, mas, principalmente, para fomentar a inclusão desse público no mercado de trabalho.
- 5.2.2. Pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI)** - No ano de 2023, prosseguiu-se com a execução do projeto denominado "Desenvolvimento e implantação de um sistema de monitoramento, alertas e apoio à tomada de decisão de baixo custo, visando à otimização da operação de PCH's e CGH's". O objetivo principal deste projeto é o desenvolvimento abrangente do sistema denominado SisM-GH, englobando hardware, firmware e software para monitoramento, alertas e apoio à tomada de decisão de Centrais Geradoras Hidroelétricas (CGH's) e Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's). Este sistema fundamenta-se nas atuais tecnologias de Internet das Coisas (IoT) e Computação em Nuvem (Cloud Computing), incorporando sensores de grandezas elétricas, leitores de níveis de água, equipamento de comunicação e transmissão de dados pela internet. O investimento total projetado para este empreendimento é de R\$ 637 mil, com uma extensão do prazo de execução de 24 para 46 meses. Esta prorrogação se justificou, principalmente, devido à pandemia do coronavírus, que ocasionou impedimentos nas atividades por vários meses. Paralelamente, no mesmo

ano, foi iniciado o projeto "Desenvolvimento e implantação de novo modelo de tarifação dinâmica para recarga de veículos elétricos em rede de eletropostos na área de concessão da Santa Maria". Este projeto, inserido na esfera da mobilidade elétrica, visa oferecer uma solução eficaz para a tarifação adequada do serviço de recarga de veículos elétricos, cuja demanda encontra-se em constante crescimento. Atualmente, a maioria dos carregadores de veículos elétricos de uso público no Brasil ainda opera de forma gratuita, mas a tendência começou a mudar em 2022, com a introdução dos primeiros eletropostos pagos. Diante das incertezas regulatórias e tributárias quanto às formas de cobrança, os órgãos competentes estão trabalhando para fornecer respostas a essas questões. Já existem casos de carregadores sendo tarifados, utilizando diferentes métricas, como consumo em kWh, tempo de uso (minutos) e uma taxa fixa por recarga. O projeto propõe um modelo de tarifação baseado em uma função multivariável, considerando diversos parâmetros, tais como horário de utilização dos carregadores, procura pelo uso, características técnicas da rede de distribuição e instalação elétrica local, além da potência do conector e da recarga. Apesar da variedade de parâmetros e metodologias possíveis para o desenvolvimento de um modelo de tarifação, o projeto busca uma solução prática, definindo e calibrando os parâmetros de maneira adequada ao contexto da Santa Maria. O investimento total previsto para este projeto é de R\$ 1,9 milhão, com um prazo de execução de 30 meses, incluindo a previsão de aquisição de equipamentos de recarga para instalação em pontos estratégicos na área de concessão da Santa Maria, bem como veículos elétricos. • **5.2.3. Eficiência energética** - No ano de 2023, foram concluídos dois projetos de eficiência energética, denominados "Santa Maria Ilumina II (SMI II)" e "Iluminando Talentos com Eficiência I (ITE I)". Através do projeto "Santa Maria Ilumina I (SMI I)", houve a substituição de 1.529 lâmpadas e reatores convencionais por 1.516 luminárias de tecnologia LED. Este projeto abrangeu os municípios de Água Branca, São Domingos do Norte e Vila Valério, resultando em uma economia de quase 600 MWh/ano e uma redução de demanda no período de ponta do sistema elétrico de mais de 140 kW. O investimento total foi de R\$ 1,2 milhão, aproximadamente 17,5% abaixo do valor previsto. Por meio do projeto "Iluminando Talentos com Eficiência I (ITE I)", foram substituídos 64 refletores do Estádio Municipal Justiniano de Mello e Silva, em Colatina, por refletores de tecnologia LED, resultando em melhor iluminação do estádio, economia de energia e redução de demanda na ponta. O investimento total foi de R\$ 394 mil, cerca de 19% abaixo do valor previsto. Além do encerramento desses projetos, foi iniciado o projeto "Santa Maria Ilumina III (SMI III)", que prevê a substituição de 1.500 lâmpadas e reatores convencionais por luminárias de tecnologia LED no município de São Gabriel da Palha. O prazo estimado é de 12 meses, com um investimento previsto de R\$ 1,5 milhão. Na última semana de 2023, a ANEEL enviou o parecer de avaliação final do projeto "Energia Solar I (ES I)". Este projeto, realizado entre dezembro de 2015 e maio de 2017, atendeu 250 unidades consumidoras de baixa renda com a instalação de kits de geração de energia solar fotovoltaica. A Santa Maria foi a primeira distribuidora a realizar um projeto desse porte para atendimento individualizado de unidades consumidoras de baixa renda. O investimento total foi de R\$ 2,7 milhões, tornando-se o projeto de eficiência energética de maior valor monetário já executado pela Companhia. O reconhecimento integral desse projeto reforça o alinhamento efetivo desde a fase de estruturação técnica até a submissão da documentação à ANEEL para avaliação final. • **5.2.4. Gestão de pessoas** - O departamento de gestão de pessoas da Santa Maria vai além das tradicionais atividades de recrutamento, seleção e alinhamento de talentos com a cultura e objetivos da Companhia. Buscamos também promover uma interação contínua com os gestores, visando proporcionar aos colaboradores uma integração mais efetiva, satisfação, produtividade e continuidade no ambiente de trabalho. Isso inclui atender às demandas de pessoal, mediar conflitos e criar um ambiente propício para o desenvolvimento de um trabalho eficiente. No ano de 2023, a Santa Maria concluiu com êxito a terceira turma de eletricitistas de distribuição, resultado de uma parceria duradoura entre a Companhia e o SENAI Colatina. O sucesso é evidenciado pelo elevado percentual de formandos que foram contratados e ainda permanecem ativos na Santa Maria, ultrapassando 85%. Além disso, essa iniciativa representa um investimento social significativo ao oferecer qualificação gratuita à população. Atualmente, a Santa Maria mantém 17 aprendizes no SENAI, os quais cursam Técnico em Eletrotécnica, com uma carga horária total de 1.280 horas, sendo 640 horas destinadas a aulas práticas e 640 horas a aulas teóricas. Essa abordagem está alinhada com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, a Lei Federal 10.097 de 19/12/2000 e o Decreto nº 9.579 de 22 de novembro de 2018. Os aprendizes, ao apresentarem um bom desempenho no curso, têm a oportunidade de serem contratados pela Santa Maria em futuras vagas disponíveis. Ao final de 2023, a Companhia contava com 357 colaboradores integrando o seu quadro funcional, sendo 337 contratados sob regime CLT, 17 aprendizes e 3 estagiários, compreendendo uma composição sólida e dedicada.

Categoria funcional	% dos Homens		% das Mulheres		Total	% do total
	Homens	homens	Mulheres	mulheres		
Gerência	43	14%	8	15%	51	14%
Engenheiros, especialistas e analistas	74	24%	29	55%	103	29%
Eletricistas, técnicos e operadores	187	62%	16	30%	203	57%
Total	304	100%	53	100%	357	100%

Além desse contingente, a Santa Maria contava também com 202 colaboradores terceirizados. No último exercício, foram registrados 50 admissões e 32 desligamentos. O nível de escolaridade dos empregados próprios da Companhia ao final de 2023 está apresentado a seguir:

Nível de escolaridade	Nº de colaboradores	% dos colaboradores
Ensino superior completo	94	26%
Ensino médio	184	52%
Ensino fundamental	79	22%
Total	357	100%

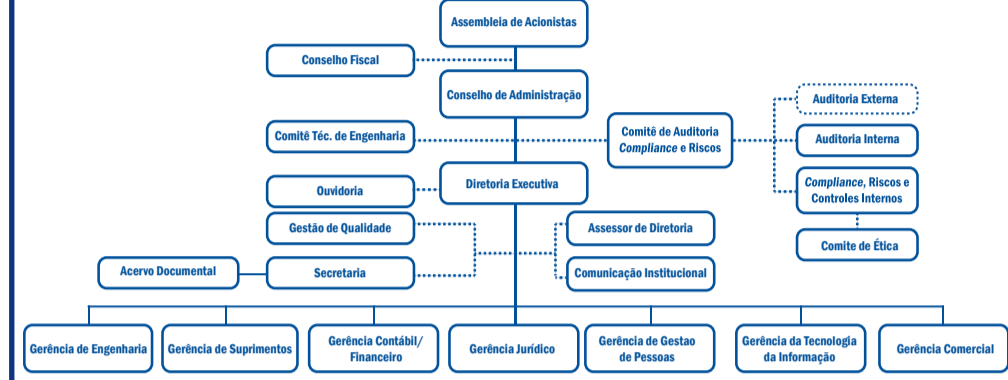
Na área de treinamento e desenvolvimento, os gerentes, juntamente com seus supervisores, realizam anualmente um Levantamento de Necessidades de Treinamento - LNT para sua equipe. Uma vez aprovado, o LNT torna-se um Plano de Treinamento acompanhado e revisado durante o ano, cumprido mediante a participação em eventos de cursos, seminários, palestras etc., visando melhorar o desempenho dos colaboradores. Segue abaixo a lista de alguns treinamentos da Santa Maria realizados no ano de 2023:

- **Treinamentos obrigatórios** - NR - 10 - Segurança em trabalhos com eletricidade - Formação - Reciclagem (16 horas); NR - 10 - Segurança em trabalhos com eletricidade - Formação (40 horas); NR - 10 - Segurança em trabalhos com eletricidade (SEP) - Formação (40 horas); NR - 11 - Operador de guindauto - Formação (20 horas); NR - 12 - Operador de guindauto (cesto aéreo) - Formação (20 horas); NR - 20 - Segurança e saúde com inflamáveis e combustíveis - Formação (2 horas); NR - 35 - Trabalho em altura - Reciclagem (8 horas); NR - 35 - Trabalho em altura - Formação (16 horas); NR - 12 - Operação de motopoda - Formação (10 horas); NR - 12 - Operação de motosserra - Formação (10 horas); NR - 5 - Prevenção de acidentes para membros da CIPA - Formação (20 horas); e Curso de reciclagem de brigadistas eventuais - NT 07/CBMES.
- **Treinamentos internos e externos** - Processos setoriais; Integração de novos colaboradores; Curso de aperfeiçoamento para atendimento a clientes - "Entender para atender"; Eletricista de rede de distribuição de energia elétrica; e Excel básico e avançado. Com a mesma preocupação com a saúde de seus colaboradores dos anos anteriores, a Companhia patrocinou uma campanha de vacinação contra a gripe (Vacina Antigripal - Gesto e Dose de Vacina Contra Influenza Quadrivalente), imunizando mais de 280 colaboradores no primeiro semestre de 2023. As doses foram adquiridas pela Santa Maria na rede privada, sem custo para os empregados. Adicionalmente, a Santa Maria também garante aos seus colaboradores o direito de livre associação, e negocia e firma acordos coletivos de trabalho com o sindicato que os representa. Esses acordos incluem o reajuste salarial anual e atualizações do plano de benefícios, dentre outros temas. • **5.2.5. Fornecedores** - A Santa Maria adota uma política de seleção e avaliação de fornecedores que abrange não apenas fatores como qualidade, preço e prazo, mas também critérios e exigências relacionados ao cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal. Além disso, todos os contratos estabelecidos incluem uma cláusula específica que proíbe

»»» Continuação EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

MISSÃO	VISÃO	VALORES
Levar energia elétrica com qualidade a todos os cantos e para toda sociedade.	Ser reconhecida como a melhor distribuidora de energia elétrica do Brasil.	Ética Transparência Segurança Competência Comprometimento Sustentabilidade
Ética	Agir respeitando as regras e preceitos morais dos indivíduos e da sociedade.	
Transparência	Clareza no relacionamento com seus clientes, colaboradores, fornecedores, investidores e demais integrantes da sociedade.	
Segurança	Zelar pela vida como bem maior.	
Competência	Disponer de profissionais qualificados trabalhando em equipe, buscando a excelência na prestação dos serviços.	
Comprometimento	Compromisso em contribuir com o desenvolvimento de todos os setores da sociedade.	
Sustentabilidade	Buscar a longevidade do negócio incluindo diretrizes de responsabilidade social e ambiental.	

5.3.2. Estrutura de governança - A Santa Maria fundamenta sua governança nos princípios da ética e transparência, esforçando-se por adotar as melhores práticas de mercado para criar valor e diferenciais em sua gestão. A estrutura de administração da Companhia é a seguinte:



5.3.3. Assembleia geral - O nível mais alto da estrutura de administração da Companhia é a assembleia geral. A Santa Maria empenha esforços adicionais para salvaguardar os interesses de todos os seus acionistas, garantindo estatutariamente um dividendo mínimo, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Adicionalmente, a Companhia opta por creditar juros sobre o capital próprio, em conformidade com o artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. **5.3.4 Conselho de administração** - O conselho de administração da Companhia é composto por 5 membros eleitos pela assembleia geral, incluindo um membro independente, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição. Este conselho é encarregado de estabelecer as diretrizes gerais para os negócios da Santa Maria. Sua missão central é proteger e valorizar o patrimônio da Companhia, adotando uma abordagem estratégica para otimizar o retorno do investimento.

Conselho de administração	
Presidente	Cícero Machado de Moraes
Vice-Presidente	Miguel Coutinho Coelho da Silva
Membro	Renata Barbieri Coutinho
Membro	Angelo Arpini Coutinho Filho
Membro Independente	Fernando Antonio Moreira Calaes

5.3.5. Conselho fiscal - Representa os acionistas por meio de sua função fiscalizadora, garantindo a prosperidade e continuidade da Companhia, e o cumprimento dos deveres legais e estatutários, dentro dos princípios da ética, equidade e transparência. É composto por três membros efetivos e dois membros suplentes.

Conselho fiscal	
Presidente	Daniel Berselli Marinho
Membro	Clóvis A. Pereira Pinto
Membro	Massao Fábio Oya
Membro Suplente	Gustavo Bateman Pela
Membro Suplente	Maria Elvira Lopes Gimenez

5.3.6. Diretoria executiva - A diretoria executiva da Santa Maria é composta por 3 diretores, sendo um presidente, um vice-presidente e um diretor sem denominação, todos eles eleitos pelo conselho de administração para um mandato de 3 anos, com a possibilidade de reeleição. Este órgão é encarregado da execução das diretrizes e políticas estabelecidas pelo conselho de administração.

Diretoria executiva	
Diretor-Presidente	Arthur Arpini Coutinho
Diretor Vice-Presidente	Angelo Arpini Coutinho
Diretor	Angelo André Bosi

5.3.7. Comitês - Para o apoio e fiscalização da gestão, a Companhia dispõe de órgãos de assessoramento que mantêm diferentes linhas de reporte, prestando suporte aos tomadores de decisão em relação a temas específicos. Estes órgãos são: • **Comitê de auditoria, compliance e riscos** - Órgão composto por três membros, sendo um conselheiro independente da Companhia. Sua função é assessorar o conselho de administração de forma autônoma, avaliando os atos da administração e incentivando a adoção das melhores práticas de mercado em questões relacionadas a contabilidade, gerenciamento de riscos, compliance ético, controles internos e auditoria. • **Comitê de ética** - Formado por membros da diretoria executiva e gerentes, é responsável por assegurar o cumprimento das diretrizes corporativas e a execução das metas relacionadas à conduta ética. Institui ações de sensibilização, conscientização e promoção de boas práticas profissionais, em conformidade com os compromissos da Companhia. • **Comitê técnico de engenharia** - Órgão composto por três membros, sendo um conselheiro de administração da Companhia. Sua função é garantir a operação segura, eficiente e confiável da rede elétrica, assegurando que a infraestrutura de distribuição atenda aos mais altos padrões técnicos, regulatórios e de segurança.

5.3.8. Ética e integridade - A Santa Maria repudia a prática de corrupção e propina. As normas estabelecidas no código de conduta ética e integridade da Companhia são amplamente divulgadas tanto interna quanto externamente. No tocante às interações com autoridades, agentes e fiscais do poder público em todos os níveis, a Santa Maria compromete-se a não apoiar nem participar de processos que visem a manipulação de editais de concorrência. A Companhia disponibiliza um canal exclusivo para o registro de denúncias ou esclarecimentos, garantindo sigilo e confidencialidade. Todas as denúncias registradas nesse canal são submetidas ao comitê de ética, responsável pela apuração dos fatos. Caso se confirme a violação do código de conduta ética e integridade, são aplicadas as penalidades previstas na matriz de responsabilidades. Por meio de suas políticas, da gestão de seus colaboradores e do código de conduta ética e integridade, a Santa Maria se compromete a conduzir suas operações em conformidade com a declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho, assim como com os Princípios do Pacto Global em apoio aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A Santa Maria mantém diretrizes adicionais para promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais em todas as suas relações de negócios. **5.3.9. Gerenciamento de riscos** - O gerenciamento de riscos integra a estrutura do departamento de riscos e controles internos da Santa Maria. Este departamento monitora e auxilia os responsáveis em cada área a lidar com os riscos por meio do preenchimento da matriz de riscos e oportunidades, que abrange todas as etapas desse gerenciamento. A diretoria executiva, com o suporte do departamento de riscos e controles internos, é responsável pelas ações destinadas a diagnosticar, prevenir, apurar e monitorar os riscos na Santa Maria. Os riscos abordados na gestão da Santa Maria são classificados, no mínimo, como econômico-financeiros (de mercado, de liquidez, financeiros e de crédito) e não econômico-financeiros (operacionais, regulatórios, estratégicos, de reputação, socioambientais e de concentração). **5.3.10. Programa de integridade** - Direcionada para uma evolução contínua, a Santa Maria deu um passo significativo com a implementação do programa de integridade, alinhando-se às melhores práticas de governança. Além do código de conduta ética e integridade, foram adotadas, entre outras medidas, a política de prevenção e detecção de atos de natureza ilícita e a política para contratação de terceiros. Estas políticas, em conjunto com os procedimentos já existentes, fortaleceram os controles internos dos processos executados na Companhia.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023		31/12/2022		Passivo	Nota	31/12/2023		31/12/2022	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	45.662	49.301	28.702	25.353	Fornecedores	15	28.702	25.353		
Consumidores	6	55.226	41.027	3.690	-	Concessionárias e permissionárias	16	3.690	-		
Concessionárias e permissionárias	16	-	172	1.167	1.080	Passivo de arrendamentos	14.2	1.167	1.080		
Tributos correntes	7.1	2.822	2.129	1.576	640	Empréstimos e financiamentos	17	1.576	640		
Almoxarifado operacional	8	2.152	1.740	7.890	9.849	Obrigações sociais e trabalhistas	18	7.890	9.849		
Ativos financeiros setoriais	9	-	940	15.344	6.682	Tributos correntes	7.1	15.344	6.682		
Despesas pagas antecipadamente	31.1	424	339	10.717	15.195	Dividendos	23.4	10.717	15.195		
Repasso CDE	10	27.366	2.968	6.176	5.629	Encargos setoriais	20	6.176	5.629		
Outros ativos circulantes	11	1.830	830	41.313	9	Passivos financeiros setoriais	9	41.313	9		
Total do circulante		135.482	99.446	123.384	72.641	Consumidores	21	71	5.617		
						Outros passivos circulantes	22	6.738	2.596		
						Total do circulante		123.384	72.641		
Não circulante						Não circulante					
Tributos correntes	7.1	3.832	1.154	4.086	5.252	Passivo de arrendamentos	14.2	4.086	5.252		
Depósitos judiciais e cauções	19.4	494	34	39.732	368	Empréstimos e financiamentos	17	39.732	368		
Outros ativos não circulantes	11	556	1.195	1.868	-	Obrigações sociais e trabalhistas	18	1.868	-		
Ativo financeiro indenizável	12.1	17.330	12.813	6.515	5.570	Tributos correntes	7.1	6.515	5.570		
Ativo contratual	12.2	69.774	15.086	1.888	2.012	Tributos diferidos	7.2	1.888	2.012		
Intangível	13	138.797	130.353	531	356	Provisões	19	531	356		
Direito de uso de ativos	14.1	4.033	5.042	747	1.012	Outros passivos não circulantes	22	747	1.012		
Total do não circulante		234.816	165.677	55.367	14.570	Total do não circulante		55.367	14.570		
						Patrimônio líquido					
						Capital social	23.1	150.000	135.000		
						Reservas de lucro	23.3	41.547	42.912		
						Total do patrimônio líquido		191.547	177.912		
Total do ativo		370.298	265.123	370.298	265.123	Total do passivo e patrimônio líquido		370.298	265.123		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5.4. Balanço social

Balanço social - Formulário IBase						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de cálculo	2023			2022		
Receita líquida (RL)	346.626			303.912		
Resultado operacional (RO)	36.765			22.529		
Folha de pagamento bruta (FPB)	41.703			37.027		
2 - Indicadores sociais internos	Valores R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	2.478	5,94%	0,71%	2.082	5,62%	0,69%
Encargos sociais compulsórios	9.218	22,10%	2,66%	8.268	22,33%	2,72%
Previdência privada	1.185	2,84%	0,34%	1.034	2,79%	0,34%
Saúde	784	1,88%	0,23%	692	1,87%	0,23%
Segurança e medicina do trabalho	591	1,42%	0,17%	366	0,99%	0,12%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	173	0,41%	0,05%	166	0,45%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros (vale-transporte / seguro de vida)	186	0,45%	0,05%	176	0,48%	0,06%
Total dos indicadores sociais internos	14.615	35,04%	4,21%	12.784	34,53%	4,21%
3 - Indicadores sociais externos	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação	35	0,10%	0,01%	9	0,04%	0,00%
Cultura	15	0,04%	0,00%	3	0,01%	0,00%
Fundo dos direitos da criança e do adolescente	-	0,00%	0,00%	10	0,04%	0,00%
Saúde e saneamento	8	0,02%	0,00%	19	0,08%	0,01%
Esporte	20	0,05%	0,01%	5	0,02%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros (doações e patrocínios)	197	0,54%	0,06%	13	0,06%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	275	0,75%	0,08%	59	0,26%	0,02%
Tributos (excluídos encargos sociais)	105.995	288,30%	30,58%	99.470	441,52%	32,73%
Total dos indicadores sociais externos	106.270	289,05%	30,66%	99.529	441,78%	32,75%
4 - Indicadores ambientais	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção / operação da empresa	129	0,35%	0,04%	28	0,12%	0,01%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	31	0,08%	0,01%	23	0,10%	0,01%
Total dos investimentos em meio ambiente	160	0,43%	0,05%	51	0,23%	0,02%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção / operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas () cumpre de 51 a 71 () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 71 () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 71 () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 71 () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 71 () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 71 () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%
5 - Indicadores do corpo funcional	2023			2022		
Nº de empregados (as) ao final do período	357			339		
Nº de admissões durante o período	50			40		
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	202			60		
Nº de estagiários (as)	3			1		
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	129			124		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	53			47		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	15,69%			13,33%		
Nº de negros (as) que trabalham na empresa	176			168		
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	29,41%			33,33%		
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	11			11		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023			2022		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	32,72			32,72		
Número total de acidentes de trabalho	0			4		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa são definidos por:	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) empregados (as), a empresa:	(X) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(X) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	Na empresa: 1.116	No procon: 5	Na justiça: 27	Na empresa: 1.031	No procon: 4	Na justiça: 31
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	Na empresa: 100,00%	No procon: 100,00%	Na justiça: 18,51%	Na empresa: 100,00%	No procon: 75,00%	Na justiça: 32,25%
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):	Em 2023: 248.535			Em 2022: 234.580		
Distribuição do valor adicionado (DVA):	Governo: 69,50%			Governo: 71,31%		
	Colaboradores (as): 13,89%			Colaboradores (as): 13,03%		
	Acionistas: 6,45%			Acionistas: 8,47%		
	Terceiros: 2,55%			Terceiros: 5,01%		
	Retido: 7,61%			Retido: 2,19%		
7 - Outras Informações	N/A - Não Aplicável.					

6. AUDITORES INDEPENDENTES
A Companhia não contratou da Mazars Auditores Independentes, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria independente e serviços correlatos de auditoria por exigência da ANEEL e do BNDES. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023		31/12/2022	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida					
	24	346.626	303.912		
Custos dos serviços					
Custo com energia elétrica	25	(284.407)	(258.946)		
Custo de operação		(201.271)	(190.477)		
Custo de construção		(54.224)	(49.153)		
		(28.912)	(19.316)		
Lucro bruto		62.219	44.966		
Despesas operacionais	25	(25.454)	(22.437)		
Lucro operacional					

»»» Continuação EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)							DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)				
	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reservas de lucro Lucro do exercício a deliberar	Lucros acumulados	Total	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Saldos em 1º de janeiro de 2022	130.000	3.447	9.013	7.199	26.748	-	-	176.407			
Aumento do capital social	5.000	(2.468)	-	-	(2.532)	-	-	-		42.087	29.326
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(9.013)	-	9.013	-	-	-		-	-
Provisões e reversões de provisões no exercício:											
Gratificação de administradores	-	-	-	-	(144)	-	(144)	-	13	9.641	8.975
Reservas de incentivos fiscais	-	(529)	-	-	-	-	(529)	-	14.1	1.009	1.009
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	22.021	22.021	26	1.621	(758)
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:									26	(505)	558
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	1.751	-	-	-	-	(1.751)	-	26	540	327
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.014	-	-	(1.014)	-	24	-	4.215
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	2.371	-	(2.371)	-	26	(643)	(622)
Dividendos	-	-	-	-	(2.958)	-	(2.958)	-	25	1.601	1.028
Saldos em 31 de dezembro de 2022	135.000	2.201	8.213	8.213	32.498	-	177.912	-		55.252	43.385
Aumento do capital social	15.000	(1.652)	-	(8.213)	(5.135)	-	-	-		(16.038)	(3.169)
Provisões e reversões de provisões no exercício:											
Gratificação de administradores	-	-	-	-	(99)	-	(99)	-	6	172	(172)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	31.454	31.454	17	(3.370)	13.055
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:									8	(412)	(248)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	3.291	-	-	-	-	(3.291)	-	31.1	(85)	(130)
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.408	-	-	(1.408)	-	19.4	(460)	46
Dividendos	-	-	-	-	(5.176)	-	(12.544)	(17.720)	9	-	42.145
Lucro do exercício a deliberar	-	-	-	-	-	14.211	(14.211)	-	10	(24.938)	19.903
Saldos em 31 de dezembro de 2023	150.000	3.840	1.408	22.088	14.211	-	191.547	-		(45.096)	70.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional
A Empresa Luz e Força Santa Maria S/A ("Santa Maria" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil. A Companhia opera, exclusivamente, como concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme estabelecido no Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, com vigência até 7 de julho de 2045. Sua área de concessão abrange 4.994 km², incluindo 11 municípios no Estado do Espírito Santo. A população atendida pela Companhia é de, aproximadamente, 290 mil pessoas em 123,5 mil unidades consumidoras distribuídas nas classes rural, residencial, comercial, industrial, iluminação pública, poder público e serviço público. Todas as operações da Companhia estão sujeitas à regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

2 Contrato de concessão
Em 9 de dezembro de 2015, foi formalizada a assinatura do sexto termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, celebrado entre a Companhia e a União ("Poder Concedente"), prorrogando a vigência do contrato até 7 de julho de 2045. Os critérios delineados no novo aditivo demandam que a Companhia evidencie eficiência na qualidade do serviço prestado, na gestão econômico-financeira, na racionalidade operacional e econômica, além de garantir modicidade tarifária. A conformidade com esses critérios é monitorada pelo órgão regulador, sujeita a penalidades caso não sejam atendidos. Até a data-base de 31 de dezembro de 2023, a Companhia alcançou os indicadores estabelecidos. As principais obrigações e encargos da Companhia, conforme estabelecido no Contrato de Concessão, incluem: operar e manter instalações, zelar pelo controle patrimonial, prestar contas à ANEEL, observar a legislação ambiental, garantir acesso às redes, participar de entidades setoriais, manter documentação auditável, instalar equipamentos de controle de tensão, adotar soluções do planejamento do Sistema Interligado Nacional ("SIN"), colaborar com transmissoras, compartilhar infraestrutura, prestar contas aos usuários, obter anuência prévia da ANEEL em certas ações, comprometer-se com a redução de perdas elétricas, captar recursos financeiros para o serviço, aplicar parte da receita em pesquisa e eficiência energética, dar preferência a fornecedores nacionais e suportar eventuais prejuízos sem exclusão pela fiscalização. A Companhia possui as seguintes prerrogativas previstas no Contrato de Concessão: direito de usar terrenos públicos, promover desapropriações, construir infraestrutura, instituir servidões administrativas, realizar estudos geológicos e topográficos, possibilidade de contratar terceiros para atividades relacionadas ao serviço e competência para levantamentos de campo em propriedades privadas. Suas prerrogativas não eximem a reparação imediata por danos causados a terceiros, não conferem imunidade tributária e não afetam direitos de terceiros e usuários. Cabe ao Poder Concedente e à ANEEL expedir normas, instruções e regulamentações, as quais serão condições implícitas ao contrato, bem como realizar o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do contrato.

3 Base de preparação
3.1. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") estabelecidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro, aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 933/2021, e demais normas definidas pela ANEEL, adotando-as sempre que não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Assim, essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessão de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) potencial de geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para cumprimento de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) histórico de lucros nos últimos exercícios sociais. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado. Adicionalmente, de maneira voluntária, a Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") em conformidade com o Pronunciamento Técnico nº 09 do CPC. A elaboração da DVA, embora não obrigatória para empresas de capital fechado, foi incluída como parte complementar nas demonstrações financeiras. Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2024. **3.2. Informações materiais das políticas contábeis** - As informações materiais das políticas contábeis adotadas pela Companhia se encontram descritas em detalhes nas notas explicativas próprias e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.3. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas contábeis. **3.4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Por definição, os resultados reais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais estimativas, que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão relacionadas ao registro dos efeitos decorrentes de:

Item	Incerteza	Nota
Redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	Estimativa do montante recuperável do ativo	3.6
Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa	Análise do risco de crédito para estimar a perda de crédito esperada	6
Tributos diferidos	Estimativa de lucros tributáveis futuros para o reconhecimento de ativos fiscais	7.2
Ativos e passivos financeiros setoriais	Estimativa da variação entre os custos previstos e realizados para os valores ainda não realizados	9
Ativo financeiro da concessão	Mensuração a valor justo da indenização, prevista no contrato de concessão, ao final do prazo contratual	12.1
Ativo intangível da concessão	Estimativa do montante recuperável do ativo e da sua vida útil	13
Direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos	Definição da taxa de juros para os contratos	14
Provisão para litígios e passivos contingentes	Definição da probabilidade e magnitude das saídas estimadas de recursos com perdas em processos judiciais	19
Reconhecimento de receita	Estimativa do valor da receita não faturada	24
Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE")	Estimativa dos valores que serão liquidados pela CCEE	24 e 25
Instrumentos financeiros	Mensuração a valor justo	28.1

3.5. Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.6. Redução ao valor recuperável (*impairment*)** - A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por

redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida em contrapartida do resultado. **3.6.1. Ativos financeiros e contratuais** - São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **3.6.2. Ativos não financeiros** - A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia concluiu que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

4 Adoção das IFRSs novas e revisadas
4.1. IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente - No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo IASB que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição
CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)	O CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) - Contratos de Seguro. A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices. A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17). As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "principais políticas contábeis" por "informações materiais da política contábil". As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só. O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do "processo de materialidade em quatro passos" descrito na Declaração de Prática 2.
Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.
Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros - Definição de Estimativas Contábeis	As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.

4.2. IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis - Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Norma	Descrição
Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não continha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture. A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações.
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	As alterações à IAS 1 publicadas em janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. O IASB alinhou a data de vigência com as alterações de 2022 à IAS 1. Se uma entidade aplica as alterações de 2020 para um período anterior, ela deve também aplicar antecipadamente as alterações de 2022.
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants	As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os covenants (incluindo a natureza dos covenants e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indicam que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os covenants. As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se uma entidade aplica as alterações para um período anterior, ela deve também aplicar antecipadamente as alterações de 2020.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua»»»



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 12/04/2024**

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

»»» Continuação EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Norma	Descrição
Alterações a IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo 'acordos de financiamento de fornecedores' não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores: (i) os termos e as condições dos acordos; (ii) o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos; (iii) o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento; (iv) as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; e (v) informações sobre o risco de liquidez. As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.
Alterações à IFRS 16 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	As alterações ao IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências do CPC 47 (IFRS 15), para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo na IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de venda e leaseback que se qualifica como venda na aplicação do CPC 47 (IFRS 15) é um passivo de arrendamento. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com o CPC 23 (IAS 8) a transações de venda e leaseback celebradas após a data da adoção inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS 16 pela primeira vez.

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. São registrados inicialmente pelo custo das transações originárias, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros contratuais auferidos até a data do balanço.

Composição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários à vista	6.955	3.807
Aplicações financeiras de curto prazo	38.707	45.494
Total	45.662	49.301

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023 equivale a 98,94% do CDI (101,13% em 31 de dezembro de 2022). As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. A exposição da Companhia à riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 28.2.1. As aplicações financeiras são contratadas substancialmente com instituições financeiras de primeira linha, ao preço e condições de mercado, e existe compromisso de recompra do CDB pelas instituições financeiras emissoras.

6 Consumidores

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidos das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Englobam o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e participação financeira do consumidor. A energia não faturada é apurada por estimativa e reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio histórico dos últimos três meses de faturamento. Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes das classes Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público, que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

Classe de consumo	Valores correntes							Valores renegociados							Saldo líquido em 31/12/2023	Saldo líquido em 31/12/2022	
	Vincendos		Vencidos			PECLD (b)	Total	Vincendos		Vencidos			PECLD (b)	Total			
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias						
Fornecimento faturado (a)																	
Residencial	7.996	5.634	118	86	470	(775)	13.529	46	40	34	139	(141)	118	13.647	10.429		
Comercial, serviços e outros	3.439	1.929	88	231	776	(1.136)	5.327	19	15	9	108	(100)	51	5.378	5.290		
Industrial	1.396	922	11	120	762	(795)	2.416	37	9	33	526	(455)	150	2.566	2.587		
Rural	3.896	6.132	126	126	152	(235)	10.197	48	38	37	37	(22)	138	10.335	4.799		
Poder Público	1.332	118	2	-	22	(30)	1.444	-	-	-	2	(2)	-	1.444	989		
Iluminação Pública	734	28	-	-	-	(2)	760	-	-	-	-	-	-	760	766		
Serviço Público	939	16	-	-	-	-	955	-	-	-	-	-	-	955	1.115		
Subtotal	19.732	14.779	345	563	2.182	(2.973)	34.628	150	102	113	812	(720)	457	35.085	25.975		
Fornecimento não faturado (a)	18.009	-	-	-	-	-	18.009	-	-	-	-	-	-	18.009	14.278		
Serviços cobráveis	190	-	-	-	-	(17)	173	-	-	-	-	-	-	173	120		
Participação financeira	2.132	-	-	-	-	(173)	1.959	-	-	-	-	-	-	1.959	654		
Total	40.063	14.779	345	563	2.182	(3.163)	54.769	150	102	113	812	(720)	457	55.226	41.027		

(a) Fornecimento faturado e não faturado: A variação observada refere-se ao impacto do crescimento do mercado total (cativo e livre) durante o exercício de 2023, que atingiu 618,843 GWh em comparação com os 589,869 GWh registrados em 2022 (Nota Explicativa nº 24). Isso resultou em um aumento de +4,91% na carga consumida entre os anos. (b) Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa - PECLD: Os valores relativos à PECLD foram constituídos com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento. Para a mensuração e reconhecimento dos valores, foi aplicado um percentual calculado a partir do histórico de inadimplência, considerando os seguintes parâmetros: (i) classe de consumo; (ii) data de faturamento; (iii) data de vencimento e (iv) data de arrecadação. Os valores reconhecidos refletem a melhor expectativa da Administração e são considerados suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Com base nos estudos realizados pela Companhia, o percentual de perdas esperadas, segregado por classe de consumo, é o seguinte:

Consumidores (*)	31/12/2023	31/12/2022
Residencial	0,28%	0,15%
Comercial, serviços e outros	0,70%	0,42%
Industrial	0,34%	0,11%
Rural	0,23%	0,12%
Poder Público	0,18%	0,00%
Iluminação Pública	0,11%	0,00%

(*) Não foram apresentados os percentuais para a classe Serviço Público por serem próximos a zero. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve alteração nas premissas de mensuração. A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na Nota Explicativa nº 28.2.3.

7 Tributos

7.1. Tributos Correntes - Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes, ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando são compensáveis pela mesma autoridade tributária e quando é permitido, pela legislação tributária, que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação. A composição e movimentação dos ativos tributários compensáveis e passivos tributários a recolher em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada a seguir:

Composição	Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos compensáveis				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	507	448	-	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	595	527	-	-
Programa de integração social - PIS	-	164	-	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	-	266	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	1.660	711	3.832	1.154
Outros	60	13	-	-
Total	2.822	2.129	3.832	1.154
Passivos a recolher				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	600	-	-	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	547	-	-	-
Programa de integração social - PIS	415	192	-	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	1.924	894	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	7.766	2.090	-	-
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	8	39	-	-
Instituto nacional de seguridade social - INSS	1.287	675	515	-
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	485	245	206	-
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.283	1.607	709	-
Parcelamentos	1.029	940	5.085	5.570
Total	15.344	6.682	6.515	5.570

Movimentação	Ref.	Saldo em		Atualizações Monetárias	Pagamentos	Compen-sações	Transfe-rências	Saldo em
		31/12/2022	Adições					
Ativos compensáveis								
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	(a)	448	2	59	-	(2)	-	507
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	527	35	68	-	(35)	-	595
Programa de integração social - PIS	(b)	164	3.598	-	-	(164)	(3.598)	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(b)	266	16.575	-	-	(266)	(16.575)	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	(c)	1.865	4.645	-	-	-	(1.018)	5.492
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	-	-	1.418	-	-	-	(1.418)	-
Outros	-	13	490	-	-	-	(434)	60
Total		3.283	26.763	127	-	(2.319)	(21.200)	6.654
Passivos a recolher								
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	-	3.239	-	(2.639)	-	-	600
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-	2.612	-	(2.065)	-	-	547
Programa de integração social - PIS	(d)	192	6.971	-	(3.150)	-	(3.598)	415
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(d)	894	32.231	-	(14.626)	-	(16.575)	1.924
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	(e)	2.090	63.116	-	(56.422)	-	(1.018)	7.766
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	-	39	110	-	(132)	-	(9)	8
Instituto nacional de seguridade social - INSS	-	675	10.390	-	(9.234)	(29)	-	1.802
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	-	245	2.704	-	(2.258)	-	-	691
Impostos e contribuições retidos na fonte	-	1.607	5.833	-	(5.448)	-	-	1.992
Parcelamentos	(f)	6.510	-	593	(989)	-	-	6.114
Total		12.252	127.206	593	(96.963)	(29)	(21.200)	21.859

(a) IRPJ e CSLL - Ativos compensáveis: refere-se ao (i) saldo negativo de CSLL relativo ao exercício 2016 e ao (ii) saldo negativo de IRPJ e CSLL relativos ao exercício de 2022. (b) PIS e COFINS - Ativos compensáveis: as adições e transferências para o passivo no período referem-se aos créditos apurados conforme as Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003. Adicionalmente, em 2023 foram concluídas as compensações relativas ao direito de recuperar os valores recolhidos anteriormente com base em sentença que transitou em julgado com decisão favorável à Companhia em processo judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (Nota Explicativa nº 21). Tais créditos foram compensados no período de junho de 2019 a janeiro de 2023. (c) ICMS - Ativos compensáveis: refere-se ao imposto creditado nos termos da Lei Complementar nº 87/96, apropriado à razão de 1/48 avos por mês. A variação observada refere-se ao impacto do crescimento do volume de investimentos durante o exercício de 2023 (Notas Explicativas nº 12 e 13). (d) PIS e COFINS - Passivos a recolher: a variação observada refere-se ao impacto do crescimento do mercado total durante o exercício de 2023 (Nota Explicativa nº 24). (e) ICMS - Passivos a recolher: a variação observada é decorrente da decisão cautelar proferida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal ("STF") Luiz Fux, que suspendeu os efeitos do art. 3º, inciso X, da Lei Complementar nº 87/96, com redação dada pela Lei Complementar nº 194/2022. O referido dispositivo legal retirava as tarifas de uso do sistema de distribuição e transmissão de energia elétrica da base de cálculo do ICMS. Adicionalmente, houve o impacto do crescimento do mercado total durante o exercício de 2023 (Nota Explicativa nº 24). (f) Parcelamentos - Passivos a recolher: o saldo circulante e não circulante refere-se ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, convertida na Lei nº 13.496/2017, e regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 1.711/2017. Foram incluídos no programa os débitos oriundos da reapuração dos impostos federais decorrente da mudança do critério de tributação dos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como os débitos relativos aos encargos sobre as participações estatutárias.

A consolidação da dívida ocorreu no mês de agosto de 2018 para os débitos previdenciários e dezembro de 2018 para os demais débitos (tributos federais). Os créditos decorrentes da reapuração desses tributos foram utilizados na consolidação do parcelamento para abatimento do saldo total da dívida. As parcelas remanescentes são atualizadas mensalmente com base na taxa Selic. 7.2. Tributos Diferidos - Referem-se ao imposto de renda e contribuição social registrados sobre as diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos tributos na data de encerramento das demonstrações financeiras. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Composição	Ativo não circulante		Passivo não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social	2.906	2.703	4.794	4.715
Total	2.906	2.703	4.794	4.715

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido no balanço patrimonial após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Natureza dos ativos e passivos fiscais	Ref.	Ativo não circulante		Passivo não circulante		Resultado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Diferenças temporárias							
PECLD	-	2.406	2.219	-	-	187	271
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	181	121	-	-	60	(277)
Ressarcimento de benefício	-	319	363	-	-	(44)	363
Valor justo do ativo financeiro indenizável	(a)	-	-	4.794	4.715	(79)	(72)
Total das diferenças temporárias		2.906	2.703	4.794	4.715	124	285
Compensação entre ativos e passivos diferidos	-	(2.906)	(2.703)	(2.906)	(2.703)	-	-
Total		-	-	1.888	2.012	124	285

(a) Valor justo do ativo financeiro indenizável: refere-se ao diferimento dos tributos apurados sobre as receitas relativas aos ganhos decorrentes da avaliação do ativo financeiro indenizável da concessão com base no valor justo e suas atualizações, bem como sobre a parcela transferida do ativo financeiro indenizável para o intangível quando da renovação do contrato de concessão da Companhia, ocorrida em 2015, que prorrogou o prazo por mais 30 anos, com vigência até 7 de julho de 2045.

8 Almojarifado operacional

Estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização. O saldo de R\$ 2.152 (R\$ 1.740 em 2022) refere-se às aquisições de materiais necessários à execução, conservação e manutenção do sistema de distribuição da Companhia, e está assim representado:

Composição	31/12/2023	31/12/2022
Almojarifado de manutenção e operação	1.535	1.322
Adiantamentos a fornecedores	612	413
Outros	5	5
Total	2.152	1.740

9 Ativos e passivos financeiros setoriais

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença temporal entre os custos homologados pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos homologados são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção da concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização. Ao longo do ciclo tarifário atual, a atualização monetária das diferenças, positivas ou negativas, é reconhecida no resultado, bem como são amortizados os valores constituídos e devidamente homologados pela ANEEL no ciclo tarifário anterior. No balanço patrimonial, os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais são compensados entre si e apresentados pelo valor líquido no ativo ou no passivo, conforme o caso. A composição e movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros setoriais está demonstrada a seguir:

Composição	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais		940	42.327
Constituição	24	(35.812)	(57.603)
Amortização	24	646	25.092
Atualização	26	(1.621)	758
Recebimento da conta Escassez Hídrica	-	-	(3.757)
Devolução dos créditos PIS/COFINS	21	(5.466)	(6.500)
Outros	-	-	623
Saldos finais		(41.313)	940



Assinado Digitalmente por: NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 12/04/2024

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

»»» Continuação EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A. - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação	Receita operacional líquida		Resultado financeiro	
	Saldos em 31/12/2022	Constituição	Amortização	Atualização
Itens da Parcela A (a)	13.329	(15.995)	(11.842)	(938)
Aquisição de energia	(3.877)	(13.001)	2.823	(1.921)
Proinfa	1.756	(1.115)	(1.602)	20
Transporte rede básica	1.609	1.221	(1.115)	339
Transporte Itaipú	896	582	(655)	120
ESS	1.912	151	(1.727)	131
CDE	11.033	(3.833)	(9.566)	373
Componentes financeiros	(12.389)	(19.817)	12.488	(683)
Neutralidade da Parcela A (b)	109	(17.164)	1.009	(304)
Sobrecontratação de energia (c)	4.016	1.376	(6.336)	(205)
Outros itens financeiros	(13.413)	(1.614)	15.456	(45)
Ultrapassagem de demanda (d)	(717)	(563)	496	(34)
Excedente de reativos (d)	(2.382)	(1.854)	1.863	(95)
Bandeiras Tarifárias (e)	(2)	2	-	-
Total	940	(35.812)	646	(1.621)

Movimentação	Saldos em 31/12/2022	Saldos em 31/12/2023	Valores em constituição	Valores em amortização	Valores em saldo a compensar (f)	Devolução dos Créditos de PIS/COFINS	
						Saldos em 31/12/2023	Valores em constituição
Itens da Parcela A (a)	13.329	(15.446)	(2.829)	(11.896)	(721)	-	-
Aquisição de energia	(3.877)	(15.976)	(5.565)	(11.048)	637	-	-
Proinfa	1.756	(941)	18	(859)	(100)	-	-
Transporte rede básica	1.609	2.054	1.096	1.118	(160)	-	-
Transporte Itaipú	896	943	508	474	(39)	-	-
ESS	1.912	467	1.051	(355)	(229)	-	-
CDE	11.033	(1.993)	63	(1.226)	(830)	-	-
Componentes financeiros	(12.389)	(25.867)	(16.025)	(9.842)	(721)	(5.466)	(25.867)
Neutralidade da Parcela A (b)	109	(16.350)	(6.666)	(9.684)	-	-	-
Sobrecontratação de energia (c)	4.016	(1.149)	(8.022)	6.873	-	-	-
Outros itens financeiros	(13.413)	(5.082)	-	(5.082)	-	-	-
Ultrapassagem de demanda (d)	(717)	(818)	(440)	(378)	-	-	-
Excedente de reativos (d)	(2.382)	(2.468)	(897)	(1.571)	-	-	-
Bandeiras Tarifárias (e)	(2)	-	-	-	-	-	-
Total	940	(41.313)	(18.854)	(21.738)	(721)	(5.466)	(41.313)

Direito de uso da concessão	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	13 Intangível	
						31/12/2023	31/12/2022
Intangível em serviço	4,50%	338.362	(147.276)	191.086	180.138	-	-
(-) Obrigações especiais	-	(88.044)	35.755	(52.289)	(49.785)	-	-
Total	-	250.318	(111.521)	138.797	130.353	-	-

(a) **Itens da parcela A:** a Portaria Interministerial dos Ministros de Minas e Energia ("MME") e de Estado da Fazenda ("MF") nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes e revisões tarifárias. A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, o que significa que todas as variações apuradas são integralmente repassadas ao consumidor ou suportadas pelo Poder Concedente. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na variação taxa Selic. (b) **Neutralidade da Parcela A:** refere-se às variações apuradas por meio da diferença entre os valores efetivamente faturados e os valores previstos no momento da constituição da tarifa nos reajustes e revisões tarifárias. Os valores considerados na neutralidade da Parcela A são atualizados monetariamente com base na variação da taxa Selic. (c) **Sobrecontratação de energia:** a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a esse referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias subsequentes, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado a 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo (Nota Explicativa nº 28.2.4). (d) **Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos:** referem-se às receitas auferidas com Ultrapassagem de Demanda ("UD") e Excedente de Reativos ("ER"), disciplinadas pelo Submódulo 2.1A - Procedimentos Gerais, do PRORET, versão 2.0C, aprovado por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 1.003, de 01 de fevereiro de 2022. São faturamentos realizados pela Companhia, decorrentes da parcela de ineficiência de utilização da rede de energia elétrica da Demanda e Reativos pelos consumidores de média e alta tensão. Esses valores faturados constituem passivo setorial, a serem revertidos nas tarifas no momento da Revisão Tarifária da Companhia. (e) **Bandeiras tarifárias:** refere-se ao montante reconhecido de bandeiras tarifárias conforme Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 07 de dezembro de 2021 (Nota Explicativa nº 24.4.2). O saldo dos ativos financeiros setoriais se encontra líquido dos efeitos das bandeiras tarifárias. (f) **Saldo a compensar:** conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros Selic verificada. 9.1. **Efeitos relevantes no exercício - 9.1.1. Aquisição de energia -** A variação observada está principalmente relacionada ao reconhecimento das diferenças passivas entre a tarifa média de cobertura estabelecida nos reajustes tarifários vigentes ao longo do ano de 2023 e o preço médio dos contratos de compra de energia. Ao longo desse período, aproximadamente 55% da energia total contratada pela Companhia apresentava uma tarifa de cobertura superior ao preço estipulado nos contratos. O saldo passivo de R\$ 15.976 em 31 de dezembro de 2023 é composto por passivos de R\$ 11.048 em amortização (ciclo tarifário 2022-2023) e R\$ 5.565 em constituição (ciclo tarifário 2023-2024), bem como por ativos de R\$ 637 a compensar. 9.1.2. **Neutralidade da Parcela A -** A variação observada é decorrente, predominantemente, do comportamento do mercado realizado da Companhia em relação ao mercado de referência utilizado pela ANEEL quando da homologação dos reajustes tarifários vigentes ao longo do ano de 2023. Com o crescimento do mercado realizado, houve um incremento no faturamento de itens da Parcela A, resultando no reconhecimento de passivos financeiros setoriais. Em 31 de dezembro de 2023, a composição do saldo passivo de R\$ 16.350 é representada por passivos de R\$ 9.684 em amortização (ciclo tarifário 2022-2023) e R\$ 6.666 em constituição (ciclo tarifário 2023-2024). Os valores em constituição são formados por passivos de encargos setoriais (R\$ 3.994), passivos de transporte (R\$ 2.273), passivos de energia (R\$ 966) e ativos de outros itens da Parcela A (R\$ 567). 9.1.3. **Outros itens financeiros -** A variação observada refere-se, principalmente, à devolução do saldo dos créditos de PIS e COFINS (Nota Explicativa nº 21) por meio da tarifa de energia elétrica, nos termos da Lei nº 14.385/2022. A referida Lei determinou que os valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica, relacionados às ações judiciais transitadas em julgado ou em razão de recolhimento a maior relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devem ser destinados aos consumidores através dos processos tarifários. Desse modo, as devoluções desses créditos, que anteriormente eram feitas pela Companhia mediante crédito individualizado, lançado diretamente nas faturas de energia elétrica, passaram a compor, a partir do reajuste tarifário ocorrido em setembro de 2022, a tarifa de energia elétrica. O impacto desta devolução nas tarifas reajustadas em 2023 (Nota Explicativa nº 24.1.3) foi de -1,53% (-3,48% em 2022).

de atuação da Sudene, com o reinvestimento de 30% do IRPJ devido, calculado com base no lucro da exploração, em projetos de modernização ou complementação de equipamentos. Os depósitos bancários para reinvestimento do IRPJ (Redução por Reinvestimento) são realizados no Banco do Nordeste do Brasil S/A, acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios (contrapartida), no mesmo prazo fixado para o pagamento do imposto que originou a opção pelo incentivo. A atualização monetária dos valores depositados é reconhecida em contrapartida à rubrica "Outros passivos não circulantes" (Nota Explicativa nº 22), e somente é revertida para o resultado do exercício quando da liberação dos recursos, que é condicionada à aprovação, pela Sudene, dos projetos encaminhados pela Companhia. A redução do saldo em 2023 se justifica pelo resgate dos recursos referentes aos anos de 2018, 2020 e 2021 conforme Portaria DFIN 0061/2023 SUDENE de 28 de novembro de 2023.

12 **Concessão do serviço público**
O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao contrato de concessão da Companhia. De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao Poder Concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado. • **Modelo do ativo financeiro** - Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão. • **Modelo do ativo intangível** - Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço. • **Modelo bifurcado** - Este modelo é aplicável quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo Poder Concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização da infraestrutura da concessão, cobrados dos usuários. Como a Companhia é remunerada: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhe cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, então, aplica-se o modelo bifurcado. Devido à implementação da ICPC 01 (R1), os ativos de infraestrutura de distribuição em serviço foram bifurcados da seguinte forma: (i) Ativo financeiro indenizável (Nota Explicativa nº 12.1) - composto pela parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão, e que serão objeto de indenização pelo Poder Concedente; e (ii) Intangível (Nota Explicativa nº 13) - compreendendo o direito ao uso, durante o período da concessão, da infraestrutura construída ou adquirida pela Companhia e, consequentemente, ao direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de fornecimento de energia elétrica ao longo do contrato de concessão. Já os ativos que se encontram no período de construção, e que ainda não estão em serviço, foram classificados, conforme requerido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, como ativos contratuais, uma vez que a obrigação de desempenho é satisfeita ao longo do tempo em que os ativos são construídos, sendo classificados na rubrica de Ativo Contratual (Nota Explicativa nº 12.2). O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21. Os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados a concessões de serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão. 12.1. **Ativo financeiro indenizável** - A Companhia apresenta saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pela ICPC 01 (R1). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada cinco anos por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória ("BRR"), conforme estabelecido no contrato de concessão. O método do Valor Novo de Reposição - VNR estabelece que cada ativo é valorado, a preços atuais, por todos os gastos necessários para sua substituição por idêntico, similar ou equivalente que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente. A aplicação deste método se dá pela utilização do Banco de Preços Referenciais e do Banco de Preços da Companhia. O Banco de Preços Referenciais representa os custos médios regulatórios, por agrupamento, de componentes menores e custos adicionais, conforme definido no Anexo V dos Procedimentos de Regulação Tarifária ("PRORET"), submódulo 2.3. O Banco de Preços da Companhia é definido como o banco formado com base em informações da própria empresa, podendo ser aplicado unicamente para os equipamentos principais ou também para os componentes menores e custos adicionais. O Ativo financeiro indenizável é ajustado: (i) por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 1.003/2022; e (ii) por adições e baixas de itens da infraestrutura conforme regulamentação da ANEEL. Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão e os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do exercício. Nesse sentido, a avaliação é validada mediante fiscalização da ANEEL e ocorre a partir de inspeções em campo da infraestrutura da concessão, seguindo metodologia e critérios de avaliação de bens, considerados elegíveis, das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, com o objetivo restabelecer o nível eficiente dos custos operacionais e da BRR das concessionárias. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a movimentação dos saldos do ativo financeiro indenizável da concessão está assim apresentada:

Direito de uso da concessão	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	13 Intangível	
						31/12/2023	31/12/2022
Intangível em serviço	4,50%	338.362	(147.276)	191.086	180.138	-	-
(-) Obrigações especiais	-	(88.044)	35.755	(52.289)	(49.785)	-	-
Total	-	250.318	(111.521)	138.797	130.353	-	-

Direito de uso da concessão	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	13 Intangível	
						31/12/2023	31/12/2022
Intangível em serviço	4,35%	316.606	(136.468)	180.138	175.846	-	-
(-) Obrigações especiais	-	(82.396)	32.611	(49.785)	(48.265)	-	-
Total	-	234.210	(103.857)	130.353	127.581	-	-

(a) **Amortizações:** no exercício, a Companhia registrou créditos de PIS/COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$ 767, sendo R\$ 678 em 2023 (Nota Explicativa nº 25.4). Os saldos do intangível estão reduzidos pelas Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais) e pela Reserva para Reversão. As Obrigações Especiais e a Reserva para Reversão representam um passivo financeiro, constituído por valores e/ou bens recebidos de Municípios, Estado, União e de consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em parceria com a Companhia. A Reserva para Reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do Fundo de Reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia. O principal e os juros (5% a.a.) são pagos em parcelas mensais.

14 **Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos**
14.1. **Direito de uso de ativos** - Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento (exceto reavaliação cambial). O custo do ativo de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento mensurados inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento reconhecidos à taxa de desconto na data de início do arrendamento, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data do reconhecimento inicial, bem como a estimativa de custos de restauração a serem incorridos pelo arrendatário ao final do contrato, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo estimado o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil restante do ativo e o valor residual conforme a política de ativo imobilizado. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Composição	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	31/12/2023	
					31/12/2023	31/12/2022
Imobilizado direito de uso	-	-	-	-	-	-
Edificações (a)	9.075	(5.042)	4.033	5.042	-	-
Total	9.075	(5.042)	4.033	5.042	-	-

Composição	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	31/12/2022	
					31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado direito de uso	-	-	-	-	-	-
Edificações (a)	9.075	(4.033)	5.042	6.051	-	-
Total	9.075	(4.033)	5.042	6.051	-	-

(a) **Edificações:** referem-se às instalações da sede administrativa e do depósito de materiais da Companhia. Os contratos de arrendamento foram firmados com parte relacionada e por esse motivo, submetidos a anuência prévia da ANEEL (Nota Explicativa nº 30). A movimentação do direito de uso de ativos é apresentada da seguinte forma:

Movimentação	Edificações - R\$ mil
Valor líquido em 31 de dezembro de 2021	6.051
Depreciação	(1.009)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2022	5.042
Depreciação	(1.009)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2023	4.033

14.2. **Passivo de arrendamentos** - O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber. O valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Operação	Vencimento	amortização	Taxa de juros a.a. (a)	Circu-lante	Não circu-lante	Características da operação	
						31/12/2023	31/12/2022
Edificações	06/12/2027	Mensal	7,99%	1.167	4.086	5.253	6.332
(a) Taxa de juros a.a.: a Companhia definiu a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal, praticada no mercado, para captação de recursos em montante suficiente para aquisição de um imóvel com características semelhantes.							
A movimentação do passivo de arrendamento é apresentada da seguinte forma:							
Movimentação	Circulante	Não circulante	Total				
Saldos em 01 de janeiro de 2022	925	6.332	7.257				
Encargos	528	-	528				
Amortizações (principal e encargos)	(1.453)	-	(1.453)				
Transferências	1.080	(1.080)	-				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.080	5.252	6.332				
Encargos	451	-	451				
Amortizações (principal e encargos)	(1.530)	-	(1.530)				
Transferências	1.166	(1.166)	-				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.167	4.086	5.253				

O escalonamento dos vencimentos das parcelas de longo prazo em 31 de dezembro de 2023, se encontram demonstrados a seguir:

Parcelas do não circulante	31/12/2023
2025	1.531
2026	1.530
2027	1.530
Valores não descontados	4.591
Juros embutidos	(505)
Saldo do passivo não circulante de arrendamento	4.086

15 **Fornecedores**
São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

Composição	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	
			Ativo Circulante	Passivo Circulante
Suprimento de energia elétrica	18.896	16.845	-	-
Encargos de uso da Rede Básica e Conexão	6.207	5.856	-	-
Materiais e serviços	3.599	2.652	-	-
Total	28.702	25.353	-	-

16 **Concessionárias e permissonárias**
Engloba os resultados provenientes da comercialização de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo ("MCP"), no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, deduzidos das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2023.

Composição	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	
			Ativo Circulante	Passivo Circulante
Suprimento - CCEE - MCP (a)	-	172	3.690	-
Total	-	172	3.690	-

(a) **Suprimento - CCEE - MCP:** as transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

10 **Repasso CDE**
A Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") é um mecanismo financeiro no setor elétrico brasileiro. Sua principal função é prover recursos para financiar políticas e programas do governo relacionados ao desenvolvimento do setor elétrico, como subsídios para tarifas, investimentos em fontes alternativas de energia, e outras iniciativas estratégicas. A CDE é financiada por encargos setoriais pagos pelos agentes do mercado de energia elétrica e desempenha um papel crucial na promoção da expansão e estabilidade do sistema elétrico no Brasil. Os valores repassados à Companhia são destinados a cobrir os descontos tarifários incidentes sobre as tarifas de energia elétrica, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 24.4. Esses subsídios foram retirados da estrutura tarifária a partir de 24 de janeiro de 2013, e conforme o art. 13, VII, da Lei nº 10.438/2002, alterado pela Lei nº 13.360/2016, passaram a ser pagos pela CDE, por meio da CCEE, que é a gestora do fundo. Os montantes

»»» Continuação EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A. - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instituição	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants (a)	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2023			31/12/2022			
										Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
Moeda Nacional																
Banco do Brasil S/A - 40/00873-8	668	28/12/2012	668	28/12/2012 a 15/01/2023	Aquisição de caminhões, carrocerias e guindastes.	-	2,5% a.a.	Mensal	Bens	-	-	-	6	-	-	6
Banco do Brasil S/A - 40/00979-3	121	28/10/2013	121	28/10/2013 a 15/11/2023	Aquisição de trator e plaina agrícola.	-	3,5% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	-	-	-	14	-	-	14
Banco do Brasil S/A - 40/00980-7	1.526	17/09/2013	1.526	17/09/2013 a 15/10/2023	Aquisição de transformador trifásico de força.	-	3,5% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	-	-	-	159	-	-	159
Banco do Brasil S/A - 40/00991-2	296	03/09/2013	296	03/09/2013 a 15/09/2023	Aquisição de reguladores de tensão monofásico.	-	3,5% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	-	-	-	28	-	-	28
Banco do Brasil S/A - 40/01099-6	222	29/05/2014	222	29/05/2014 a 15/06/2024	Aquisição de transformadores monofásicos e trifásicos.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	14	-	14	28	15	43	
Banco do Brasil S/A - 40/01100-3	79	29/05/2014	79	29/05/2014 a 15/06/2024	Aquisição de equipamentos para distribuição de energia.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	5	-	5	10	5	15	
Banco do Brasil S/A - 40/01107-0	209	01/07/2014	209	01/07/2014 a 15/07/2024	Aquisição de transformadores monofásicos e trifásicos.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	15	-	15	26	15	41	
Banco do Brasil S/A - 40/01108-9	154	01/07/2014	154	01/07/2014 a 15/07/2024	Aquisição de medidores polifásicos e contadores monofásicos digitais de energia elétrica.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	11	-	11	19	11	30	
Banco do Brasil S/A - 40/01162-3	233	05/11/2014	233	05/11/2014 a 15/11/2024	Aquisição de reguladores automáticos de tensão monofásicos.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	27	-	27	29	27	56	
Banco do Brasil S/A - 40/01163-1	133	05/11/2014	133	05/11/2014 a 15/11/2024	Aquisição de medidores eletrônicos de energia elétrica e contadores trifásicos digitais de energia elétrica.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	15	-	15	17	15	32	
Banco do Brasil S/A - 40/01164-X	35	05/11/2014	35	05/11/2014 a 15/11/2024	Aquisição de medidores eletrônicos de energia elétrica.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	4	-	4	4	4	8	
Banco do Brasil S/A - 40/01165-8	46	05/11/2014	46	05/11/2014 a 15/11/2024	Aquisição de grupo gerador.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	5	-	5	6	5	11	
Banco do Brasil S/A - 40/01168-2	183	05/11/2014	183	05/11/2014 a 15/11/2024	Aquisição de transformadores monofásicos e trifásicos.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	21	-	21	23	21	44	
Banco do Brasil S/A - 40/01169-0	2.130	06/11/2014	2.130	06/11/2014 a 15/11/2024	Aquisição de elevador trifásico.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	244	-	244	266	244	510	
Banco do Brasil S/A - 40/01196-8	43	22/12/2014	43	22/12/2014 a 15/01/2025	Aquisição de transformadores monofásicos.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	5	-	5	5	6	11	
BNDES - 22.9.0072.1	48.000	19/10/2022	41.498	19/10/2022 a 15/09/2042	Plano de investimentos 2021-2023	Dívida líquida em relação ao LAJIDA ajustado (b) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	IPCA + 7,29% a.a.	Juros trimestrais. Amortização a partir de julho/2024 principal e juros mensais.	Cessão fiduciária de direitos creditórios de no mínimo 300% do valor da prestação vincenda no mês subsequente	1.264	40.685	41.949	-	-	-	-
(-) Custo de transação	-	19/10/2022	(1.025)	19/10/2022 a 15/09/2042	Plano de investimentos 2021-2023	-	-	Amortização mensal do custo de transação	-	(54)	(953)	(1.007)	-	-	-	-
Total										1.576	39.732	41.308	640	368	1.008	

(a) **Covenants:** a Companhia contratou empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar em multas ou até a declaração de vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2023, todos os indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos. (b) **LAJIDA ajustado:** corresponde ao somatório dos seguintes itens: (+/-) lucro/prejuízo antes do imposto de renda; (+/-) resultado financeiro líquido negativo/positivo; (+/-) resultado com equivalência patrimonial negativo/positivo; (+) depreciações e amortizações; (+/-) perdas (desvalorização) por impairment/reversões de perdas anteriores; (+/-) resultados com operações descontinuadas negativos/positivos; (-) outras receitas operacionais; (+) PIS e Cofins diferidos por conta da aplicação da ICPC 01; (-) margem de construção (receita de construção - custo de construção); (-) receita com ativo financeiro da concessão; (+/-) registro de valores positivos e/ou negativos no resultado do exercício para fins regulatórios cuja contrapartida seja ativos/passivos regulatórios pertinentes às atividades de distribuição de energia, estomados em função da aplicação do IFRS; (+/-) outros ajustes IFRS. Os empréstimos e financiamentos são apresentados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os pagamentos de juros relativos às dívidas estão sendo classificados como atividade de financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

Circulante	Saldo em 31/12/2022				Transferências	Amortização	Custo Transação	Variação Monetária	Saldo em 31/12/2023	20 Encargos setoriais				
	Ingressos	Pagamentos	Juros Provisionados	Composição						Nota	31/12/2023	31/12/2022		
Principal	640	-	(640)	-	1.505	-	-	1.505	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	20.1	1.606	1.819		
Juros	-	-	(792)	909	-	-	8	125	Programa de Eficiência Energética - PEE	20.1	3.385	3.059		
Custo de Transação	-	-	-	-	(72)	18	-	(54)	Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	20.2	1.148	719		
Total Circulante	640	-	(1.432)	909	1.433	18	8	1.576	Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	20.3	37	32		
Não Circulante									Total		6.176	5.629		
Principal	368	41.498	-	-	(1.505)	-	-	40.361	20.1. Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de eficiência energética - PEE - As distribuidoras de energia elétrica devem destinar 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. Os recursos apurados são destinados aos Programas de Eficiência Energética ("PEE"), Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ("FNDCT") e ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). A partir de 03 de maio de 2016, por meio da Lei nº 13.280, foi definido que 80% do percentual destinado ao PEE será aplicado pelas próprias concessionárias conforme regulamentos estabelecidos pela ANEEL, e os demais 20% serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica ("PROCEL"). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848, 11.465 e 13.280, de 15 de março de 2004, 28 de março de 2007 e 3 de maio de 2016, respectivamente. Mensalmente, os valores constituídos são atualizados com base na taxa Selic (P&D e PEE) e pelo IGP-M (PROCEL), a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso ou imobilizado em curso, conforme o caso, até a conclusão dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida Obrigações Especiais. Adicionalmente, por meio da MP 998/2020, convertida na Lei nº 14.120/2021, foi inserido o art. 5º-B na Lei nº 9.991/2000, estabelecendo que os recursos financeiros de P&D e PEE, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados, deverão ser destinados à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE em favor da modalidade tarifária entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025, observado o limite mínimo de 70% do valor total disponível, conforme regulamentação da ANEEL. Do saldo em aberto, os recursos financeiros de P&D e PEE a serem recolhidos a CDE em 31 de dezembro de 2023 somam R\$ 168 (R\$ 80 em 31 de dezembro de 2022).	-	-	-	324	324
Juros	-	-	-	-	-	-	-	-						
Custo de Transação	-	(1.025)	-	-	72	-	-	(953)						
Total Não Circulante	368	40.473	-	-	(1.433)	-	324	39.732						
Total	1.008	40.473	(1.432)	909	-	18	332	41.308						

17.3. Vencimentos das parcelas do não circulante

Composição	2025	2026	2027	2028	2029+	Total
Parcelas do não circulante	2.238	2.238	2.238	2.238	30.780	39.732

18 Obrigações sociais e trabalhistas		31/12/2023	31/12/2022
Composição			
Salários a pagar	1.043	913	
Previdência privada	223	193	
Férias a pagar (a)	4.076	3.441	
Tributos retidos na fonte	597	502	
Consignações em favor de terceiros	86	86	
Participações estatutárias	3.730	4.707	
Outros	3	7	
Total	9.758	9.849	
Circulante	7.890	9.849	
Não circulante	1.868	-	

(a) **Férias a pagar:** inclui o adicional e respectivos encargos sociais.

19 Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido. A Companhia figura como parte passiva em ações judiciais e processos administrativos que surgem no curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outros assuntos. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis e as jurisprudências disponíveis. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais. **19.1. Risco de perda provável** - A Administração, com base nas informações fornecidas por seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, estabeleceu provisões para todos os processos judiciais, nos quais a probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração está convencida de que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir perdas decorrentes dos processos em andamento. O demonstrativo detalhando a movimentação das provisões para perdas prováveis está apresentado a seguir:

Movimentação	31/12/2023		31/12/2022	
	Cíveis	Trabalhistas	Total	Total
Saldos iniciais	337	19	356	1.172
Constituições	130	181	311	333
Atualizações	35	55	90	75
Reversões	(70)	(84)	(154)	(24)
Pagamentos	(72)	-	(72)	(1.200)
Saldos finais	360	171	531	356

19.1.1. Trabalhistas - Trata-se da ação trabalhista na qual é discutida a equiparação do salário recebido ao piso estabelecido em CCT com reflexo em férias, FGTS, gratificação natalina, contribuições previdenciárias e aviso prévio indenizado. O montante constituído é atualizado monetariamente pelo IPCA-E e pela taxa SELIC, conforme decisão emitida pelo Supremo Tribunal Federal em dezembro de 2020. **19.1.2. Cíveis** - Refere-se a ações judiciais que, em sua maioria, abordam as seguintes questões: (i) Ausência, interrupção ou suspensão no fornecimento de energia elétrica decorrente de falha na prestação de serviço; (ii) Reparação de danos morais e materiais decorrente de falha na prestação de serviço; (iii) Compensações por acidentes na rede; (iv) Revisão do faturamento das contas de energia elétrica. Os valores originais são atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. **19.2. Risco de perda possível** - A Companhia possui processos em andamento de natureza cível e tributária, nos quais a probabilidade de perda foi avaliada pelos consultores jurídicos como possível, não demandando a constituição de provisão. A composição dos processos classificados como possíveis está demonstrada a seguir:

Composição	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	4.439	4.034
Cíveis	6.747	7.394
Total	11.186	11.428

20.2. Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - A Conta de Desenvolvimento Energético - CDE é um fundo setorial, gerido pela CCEE, que tem como objetivo custear diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro. As informações a respeito dos valores e prazos de pagamento à CCEE, se encontram detalhadas na tabela abaixo:

CDE	Regulamentação	Montante 2023	Cota Mensal 2023	Competência	Prazo para a liquidação
Encargo de uso	Resolução Homologatória ANEEL nº 3.175/23	45.671	3.821	Janeiro de 2023 a Março de 2023	Até o décimo dia do mês de competência
Geração Distribuída	Resolução Homologatória ANEEL nº 3.175/23	3.062	255	Abril de 2023 a Dezembro de 2023	Até o décimo dia do segundo mês subsequente à competência
Conta Covid	Despacho ANEEL nº 939/2021	8.627	719	A partir do processo tarifário ordinário de 2021	
Conta Escassez Hídrica	Despacho ANEEL nº 510/2023	2.083	174	A partir do processo tarifário ordinário de 2023	

20.3. Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE - A Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE foi criada pela Lei nº 9.427/1996, alterada pela Lei nº 12.783/2013, e regulamentada pelo Decreto nº 2.410/1997, com o objetivo de custear o funcionamento da ANEEL no exercício das suas atividades de fiscalização e regulação econômica. Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente. Os valores definidos pelo Órgão Regulador para os exercícios de 2023 e 2022, estão abaixo demonstrados:

Regulamentação	Valor Anual
Despacho ANEEL nº 2.793/2022	386
Despacho ANEEL nº 3.763/2023	441

21 Consumidores

Refere-se à obrigação de repassar aos consumidores os valores recolhidos anteriormente com base na sentença que transitou em julgado com decisão favorável à Companhia em processo judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A movimentação dos valores ao longo do exercício de 2023 está demonstrada a seguir:

Movimentação	Ref.	Movimentação
Saldos em 31 de dezembro de 2022		5.617
Valores disponibilizados	(a)	(479)
Reversão modicidade tarifária	(b)	(5.466)
Atualizações no período	(c)	399
Saldos em 31 de dezembro de 2023		71

(a) **Valores disponibilizados:** representa o valor disponibilizado aos consumidores mediante crédito em conta ou lançado diretamente nas faturas de energia elétrica no período. (b) **Reversão modicidade tarifária:** refere-se ao montante incluído no Reajuste Tarifário Anual de 2023, como componente financeiro negativo, nos termos da Lei nº 14.385/2022. (Nota Explicativa nº 9.1.3). (c) **Atualizações no período:** refere-se à atualização monetária dos valores a repassar no período, calculada mensalmente com base na taxa Selic.

Composição	Ref.	31/12/2023		31/12/2022	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Valores a repassar	(a)	1.760	1.803	-	-
Geração distribuída	(b)	3.928	-	-	-
Prêmios de seguros	-	361	164	-	-
Ressarcimento de benefício	-	257	229	684	840
Outros passivos	(c)	432	400	63	172
Total		6.738	2.596	747	1.012

(a) **Valores a repassar:** refere-se aos valores a repassar a terceiros relativos aos serviços prestados pela Companhia de arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública - CIP e de outros valores. (b) **Geração distribuída:** refere-se ao crédito de micro e minigeração distribuída nos termos da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022. (c) **Outros passivos:** o saldo não circulante refere-se à atualização monetária dos depósitos bancários para reinvestimento do IRPJ realizados junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A (Nota Explicativa nº 11c).

»»» Continuação EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A. - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Reserva de incentivos fiscais: corresponde ao direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativos aos municípios das regiões norte e noroeste do Estado do Espírito Santo, integrantes da área de atuação da SUDENE. Inclui, ainda, o incentivo fiscal de redução de 30% do imposto de renda devido para reinvestimento, calculado sobre o lucro da exploração. O saldo desta reserva somente poderá ser utilizado para aumento de capital social ou para absorção de eventuais prejuízos. No exercício de 2023, R\$ 1.652 do saldo constituído foram destinados a aumento de capital (R\$ 2.468 em 2022). Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu o montante de R\$ 3.291 (R\$ 1.751 em 2022). **(c) Reserva de retenção de lucros:** constituída para viabilizar os programas de investimentos da Companhia, cuja destinação é submetida e aprovada nas Assembleias Gerais Ordinárias. Durante o exercício de 2023, foram aprovados e destinados recursos desta reserva para dividendos complementares no valor de R\$ 5.176 (R\$ 2.958 em 2022) e aumento de capital no valor de R\$ 5.135 (R\$ 2.532 em 2022). Em observância à Política de Remuneração em vigor, houve um ajuste de redução no saldo das participações estatutárias em contrapartida desta reserva no montante de R\$ 99. **(d) Lucro do exercício a deliberar:** com base na ICPC 08 (R1), corresponde a parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório calculado de acordo com o Estatuto Social da Companhia. A Administração propõe a seguinte destinação: (i) conforme detalhado na Nota Explicativa nº 23.4, R\$ 9.134 para serem distribuídos aos acionistas como dividendo complementar; e (ii) retenção da parcela remanescente, no valor de R\$ 5.077, para fazer face a parcela de todo o capital próprio que será requerido para os investimentos previstos no ano de 2024, conforme previsto em orçamento de capital que estará sendo encaminhado, juntamente com estas demonstrações financeiras, para aprovação em Assembleia dos Acionistas. **23.4. Dividendos** - Com base no resultado do exercício e no Estatuto Social da Companhia, a Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

Base de Cálculo	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	31.454	22.021
(-) Constituição de reserva legal	(1.408)	(1.014)
(-) Constituição de reserva de incentivos fiscais	(3.291)	(1.751)
(-) Juros sobre o capital próprio	-	(11.260)
(=) Lucro ajustado	26.755	7.996
Ações ordinárias (25% sobre o lucro ajustado)	6.689	1.999
Ações preferenciais (8% sobre o valor nominal do capital social)	4.028	3.626
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	10.717	5.625
(+) Dividendo adicional proposto	9.134	11.260
(=) Total dos dividendos propostos	19.851	16.885

A composição dos dividendos propostos referente ao exercício de 2023 é como segue:

Provento	Valor	ON	PN
Juros sobre o capital próprio, bruto	12.179	2,08	2,08
(-) IRRF, à alíquota de 15%	(1.827)	-	-
(=) Juros sobre o capital próprio, líquido	10.352	1,78	1,78
(+) Dividendos	365	3,86	3,86
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	10.717	-	-
(+) Dividendo adicional proposto	9.134	-	-
(=) Total dos dividendos propostos	19.851	-	-

A Companhia reconhece a proposta de distribuição de dividendos em suas demonstrações financeiras conforme a ICPC 08 (R1). Dessa forma, a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório, por representar uma obrigação presente na data do balanço, é registrada no passivo da Companhia. Já a parcela que excede ao previsto legal ou estatutariamente, por não ser considerada uma obrigação presente na data do balanço, é mantida no patrimônio líquido, até a deliberação definitiva que vier a ser tomada pelos acionistas em assembleia geral. Nos termos do art. 17, § 4º, da Lei nº 6.404/76, e artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, a Administração propõe a distribuição de dividendos em igualdade de condições para as ações ON e PN, conforme demonstrado a seguir:

Provento	R\$ / Ação		
	Valor	ON	PN
Dividendo mínimo obrigatório	10.717	2,08	2,08
Dividendo adicional proposto	9.134	1,78	1,78
Dividendo proposto	19.851	3,86	3,86

Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, os dividendos deverão ser pagos no prazo de 60 (sessenta) dias contados da deliberação da assembleia geral, que poderá, diante de excepcionalidades, casos fortuitos, força maior e outros eventos imprevisíveis plenamente justificados, ultrapassar o referido período. Adicionalmente, a movimentação ocorrida ao longo do exercício de 2023 e respectivos saldos correspondentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio ("JCP") são demonstrados como segue:

Movimentação	Dividendos		JCP		Saldo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.625	9.570	15.195	15.195	15.195	15.195
(+) Crédito de JCP	-	-	12.179	27.374	27.374	27.374
(-) IR Fonte s/ crédito de JCP (15%)	-	-	(1.827)	(1.827)	(1.827)	(1.827)
(-) Pagamento de JCP (a)	-	-	(9.570)	(9.570)	(9.570)	(9.570)
(+) Crédito de dividendos complementares	5.176	-	21.153	-	21.153	-
(-) Pagamento de dividendos (a)	(10.801)	-	(10.352)	-	(10.352)	-
(+) Crédito de dividendos	365	-	10.717	-	10.717	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	365	10.352	10.717	10.717	10.717	10.717

(a) Pagamento de JCP e dividendos: os juros sobre o capital próprio e os dividendos foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 26 de abril de 2023 e pagos dentro do exercício.

24 Receita operacional líquida

A receita é reconhecida na medida em que é provável a geração de benefícios econômicos para a Companhia no âmbito de um contrato com o cliente. A mensuração da receita é realizada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a ser recebida, líquida de quaisquer contraprestações variáveis, como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia efetua o reconhecimento da receita quando transfere o controle do produto, infraestrutura ou serviço ao cliente. Em casos de incertezas significativas quanto à realização, a receita não é reconhecida.

Receita operacional	Nota	Número de consumidores		MWh		R\$ mil	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecimento - Faturado	24.1.1						
Residencial		76.295	74.630	159.718	147.339	64.181	69.391
Industrial		1.381	1.776	23.380	30.974	9.928	15.267
Comercial, serviços e outros		10.067	9.860	74.794	79.455	30.538	38.937
Rural		34.460	33.789	206.091	195.490	55.624	55.830
Poder público		986	982	18.634	15.980	7.175	7.308
Iluminação pública		61	55	18.808	18.899	4.248	5.277
Serviço público		186	188	14.203	13.622	6.067	6.477
Consumo próprio		32	27	733	681	-	-
		123.468	121.307	516.361	502.440	177.761	198.487
Disponibilidade da rede elétrica - Faturado	24.1.2						
Consumidores cativos							
Residencial		-	-	-	-	73.600	60.281
Industrial		-	-	-	-	11.664	12.091
Comercial, serviços e outros		-	-	-	-	37.358	33.595
Rural		-	-	-	-	69.125	52.634
Poder público		-	-	-	-	8.504	6.511
Iluminação pública		-	-	-	-	5.208	4.620
Serviço público		-	-	-	-	5.554	4.602
Consumidores Livres		81	57	102.482	87.429	28.791	18.117
Agentes de geração		3	3	-	-	101	96
		84	60	102.482	87.429	239.905	192.547
Não Faturado	24.2						
Fornecimento		-	-	-	-	1.792	1.205
Disponibilidade da rede elétrica		-	-	-	-	1.938	3.521
		-	-	-	-	3.730	4.726
Ativos e passivos financeiros setoriais	9	-	-	-	-	(35.166)	(32.511)
Energia de curto prazo	24.3	-	-	-	-	4.234	5.230
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	24.4	-	-	-	-	79.761	66.072
Receita de construção	24.5	-	-	-	-	28.912	19.316
Valor justo do ativo financeiro indenizável	12.1	-	-	-	-	643	622
Outras receitas operacionais	24.6	-	-	-	-	4.688	4.805
Receita operacional bruta		123.552	121.367	618.843	589.869	504.468	459.294
(-) Deduções à receita operacional							
Tributos sobre a receita							
PIS		-	-	-	-	(6.891)	(6.276)
COFINS		-	-	-	-	(31.739)	(28.907)
ICMS		-	-	-	-	(58.953)	(58.425)
ISSQN		-	-	-	-	(109)	(107)
		-	-	-	-	(97.692)	(93.715)
Encargos do consumidor	24.7	-	-	-	-	(59.558)	(61.333)
Penalidades	24.8	-	-	-	-	(592)	(334)
Receita operacional líquida		123.552	121.367	618.843	589.869	346.626	303.912

24.1. Receita faturada - 24.1.1. Fornecimento - Faturado (Tarifa de energia - TE) - A receita é reconhecida por meio da entrega de energia elétrica, realizada durante um período específico, conforme as medições que ocorrem de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O valor justo da contraprestação é calculado utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. **24.1.2. Disponibilidade da rede elétrica - Faturado (Tarifa de uso do sistema de distribuição - TUSD)** - A receita proveniente da disponibilidade da rede elétrica resulta da disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição para os consumidores cativos e livres. O valor justo da contraprestação é calculado conforme as tarifas definidas pelo Órgão Regulador. **24.1.3. Reajuste tarifário anual de 2023** - O reajuste tarifário está previsto no contrato de concessão da Companhia e tem como objetivo o reposicionamento das tarifas, visando cobrir os custos de energia, encargos e outros financeiros referentes à Parcela A. Além disso, a atualização da Parcela B é realizada para contemplar a receita da distribuidora destinada à prestação de serviços e remuneração dos investimentos. No dia 19 de setembro de 2023, por meio da Resolução Homologatória nº 3.254, a ANEEL homologou o índice de reajuste tarifário anual da Companhia em -10,85%, o qual corresponde ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da Santa Maria. Na composição do reajuste, a variação dos custos de Parcela A contribuiu para o efeito médio de -1,36%, enquanto a variação de custos da Parcela B, bem como o efeito dos componentes financeiros, foram responsáveis pelas variações de +0,67% e -10,16% na tarifa, respectivamente. As tarifas reajustadas estarão em vigor no período de 22 de setembro de 2023 a 21 de setembro de 2024. **24.2. Receita não faturada** - Refere-se a energia fornecida e a disponibilização da rede elétrica de distribuição que ainda não foram faturadas. A mensuração da receita não faturada é realizada em bases estimadas e considera o período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do exercício. **24.3. Energia de curto prazo** - A receita é reconhecida no momento da comercialização do excedente de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). A contraprestação a receber é calculada multiplicando a quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Os resultados dessas operações foram comunicados pela CCEE e validados pela Companhia. **24.4. Subvenções vinculadas ao serviço concedido**

Composição	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Descontos tarifários	24.4.1	77.222	50.315
CCRB	24.4.2	1.484	7.693
CDE Eletrobras	24.4.3	1.055	8.064
Total		79.761	66.072

24.4.1. Descontos tarifários - A receita é reconhecida quando são aplicados os descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais. A mensuração da receita é realizada pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo beneficiada e a tarifa efetivamente aplicada nas faturas de energia elétrica. O aumento observado em 2023 é reflexo do crescimento do consumo das seguintes classes: (i) irrigação/aquicultura; (ii) carga fonte incentivada; (iii) residencial baixa renda; e (iv) Sistema de Compensação de Energia Elétrica. **24.4.2. Bandeiras tarifárias** - As Bandeiras Tarifárias, implementadas a partir de 2015 por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 547/2013, posteriormente revogada pela Resolução Normativa nº 1.000/2021, representam um mecanismo regulatório que reflete as condições atuais para a geração de energia elétrica, abrangendo desde cenários mais favoráveis até os mais desafiadores. Esse sistema desempenha um papel crucial ao alertar os consumidores finais sobre as condições do mercado energético. A aplicação das Bandeiras Tarifárias está diretamente vinculada aos custos de aquisição de energia pelas distribuidoras, os quais podem ser impactados por fatores como dificuldades hídricas, influenciando, consequentemente, o valor a ser faturado aos consumidores. Esse mecanismo aproxima a arrecadação prevista com as bandeiras aos custos incorridos no período de acionamento. Os eventuais custos não cobertos pela receita com bandeiras são considerados no processo tarifário subsequente. Atualmente, existem quatro faixas de acionamento e adicionais de bandeiras determinados pela Resolução Homologatória nº 3.051 de 29 de junho de 2022: (i) vermelha - patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$ 97,95/MWh; (ii) vermelha - patamar 1, com acréscimo de R\$ 65,00/MWh; (iii) amarela, com acréscimo de R\$ 29,89/MWh; e (iv) verde, sem acréscimo. Durante todo o exercício de 2023, a bandeira tarifária verde se manteve vigente. A receita reconhecida se refere aos valores recebidos através de repasses da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRB"), criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE. A redução observada no exercício de 2023 ocorreu devido à interrupção, a partir de 16 de abril de 2022, da cobrança da Bandeira Tarifária Escassez Hídrica nas faturas de energia elétrica, conforme determinações do Ofício Circular nº 6/2022-DR/ANEEL, de 11 de abril de 2022. A Bandeira Tarifária Escassez Hídrica foi instituída por meio da Resolução nº 3/2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética ("CREG") com o objetivo de custear os gastos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia decorrentes do cenário de escassez hídrica vivenciado no exercício de 2021. **24.4.3. CDE Eletrobras** - A receita reconhecida se refere aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica. **24.5. Receita de construção** - A receita de construção da infraestrutura é equivalente ao custo de construção. Esses valores são obrigatoriamente reconhecidos de acordo com a ICPC 01 - Contratos de Concessão e refletem o custo de construção de obras relacionadas aos ativos da concessão de distribuição de energia elétrica. Não há margem incorporada nessa atividade, pois a função principal da Companhia é a distribuição de energia elétrica, e toda a receita de construção está vinculada à construção de infraestrutura para suportar essa atividade principal. Além disso, a construção da infraestrutura é terceirizada pela Companhia. Mensalmente, o custo de construção é registrado no resultado como a totalidade dos investimentos concluídos adicionados ao ativo intangível (Nota Explicativa nº 12.2).

Composição	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Serviços cobráveis	11	633	727
Compartilhamento de infraestrutura	11	2.889	2.551
Arrecadação de convênios	11	749	1.044
Ganhos na alienação de bens e direitos		295	226
Arrendamentos e alugueis		56	49
Indenizações		66	208
Total		4.688	4.805

24.6. Outras receitas operacionais

Composição	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	20	(1.972)	(1.408)
Programa de Eficiência Energética - PEE	20	(1.168)	(1.408)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	20	(56.013)	(58.140)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	20	(405)	(377)
Total		(59.558)	(61.333)

24.7. Encargos do consumidor

Composição	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	20	(1.972)	(1.408)
Programa de Eficiência Energética - PEE	20	(1.168)	(1.408)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	20	(56.013)	(58.140)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	20	(405)	(377)
Total		(59.558)	(61.333)

24.8. Penalidades - Refere-se às compensações pagas aos consumidores cativos, relacionadas aos indicadores individuais de continuidade (DIC, FIC, DMIC e DICRI), os quais indicam a duração e frequência das interrupções de energia, assim como a duração máxima que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem compensações financeiras na fatura de energia. A receita é reconhecida líquida destas compensações.

25 Custos dos serviços e despesas operacionais

Conforme requerido pelo artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia efetua a classificação de seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função. Assim, os gastos são segregados entre custos e despesas, levando em consideração a origem e a função desempenhada dentro da empresa. Na diferenciação entre custos e despesas, são considerados como custos os gastos diretamente associados à prestação do serviço de energia elétrica vinculados à concessão. Isso abrange a aquisição de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, amortização do direito de concessão da infraestrutura, além dos custos relacionados ao atendimento comercial e a operação e manutenção da concessão. Por sua vez, as despesas operacionais englobam os gastos relacionados à administração da empresa, representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio, como pessoal administrativo, remuneração da administração, estimativas de perdas com créditos de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas. Os custos dos serviços e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, por natureza de gastos, possuem a seguinte composição:

Natureza de gastos	Nota	Custos dos serviços		Despesas operacionais	31/12/2023	31/12/2022
		Com energia elétrica	De Prestados a Terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	146.321	-	146.321	146.321	130.972
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	25.1	54.950	-	54.950	54.950	59.505
Pessoal e administradores	25.2	-	26.248	15.455	41.703	37.027
Materiais	-	-	3.500	3.663	3.863	3.742
Serviços de terceiros	25.3	-	12.245	3.009	15.254	13.367
Depreciação e Amortização	25.4	-	8.799	1.015	9.814	9.249
Seguros	-	-	656	-	656	477
Provisões	-	-	1.601	-	1.601	1.028
Tributos	-	-	507	113	620	766
Custo de construção	-	-	28.912	-	28.912	19.316
Outros gastos	-	-	668	5.499	6.167	5.934
Total		201.271	54.224	284.407	25.454	309.861

25.1. Custo com energia elétrica

Composição	31/12/2023		31/12/2022	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Energia elétrica comprada para revenda	624.248	146.321	650.152	130.972
<				

»»» Continuação EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A. - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26 Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia pode ser assim representado:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Receita	Despesa	Total	Total
Resultado financeiro				
Operações com ativos e passivos financeiros setoriais				
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	-	(1.621)	(1.621)	758
		(1.621)	(1.621)	758
Operações com capitais de terceiros				
Derivativos - Swap	-	-	-	(4.215)
Encargos de dívidas - moeda nacional	-	(1.260)	(1.260)	(964)
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	-	-	-	(103)
Variação cambial	-	-	-	2.708
Encargos - Arrendamentos	-	(451)	(451)	(528)
	-	(1.711)	(1.711)	(3.102)
Operações com compra de energia elétrica				
Variação cambial	415	(239)	176	338
Encargos de liquidação do MCP - CCEE	4	(408)	(404)	(381)
	419	(647)	(228)	(43)
Outras operações				
Receita com aplicações financeiras	5.423	-	5.423	5.347
Multas e acréscimos moratórios s/ energia vendida	5.881	-	5.881	6.207
Multas e acréscimos moratórios s/ outras operações	-	(39)	(39)	(163)
Atualização monetária dos programas de P&D e EE	-	(505)	(505)	(558)
Atualização monetária dos descontos tarifários - CDE	56	(596)	(540)	(327)
Atualização monetária de parcelamentos de tributos	-	(593)	(593)	(616)
Outras operações	418	(615)	(197)	(47)
	11.778	(2.348)	9.430	9.843
(-) Impostos incidentes sobre as receitas financeiras				
PIS	(77)	-	(77)	(92)
COFINS	(471)	-	(471)	(567)
	(548)	-	(548)	(659)
Resultado financeiro	11.649	(6.327)	5.322	6.797

27 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **27.1. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente** - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante do imposto corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado do imposto a ser pago ou recebido que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas de tributos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE, válido até 2027, que prevê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração, nos termos do Laudo Consultivo nº 77/2018, expedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), reconhecido pela Receita Federal do Brasil ("RFB") por meio do Despacho Decisório nº 224/2020-EBEN-DEVAT07/DRF/NIT e do Ato Declaratório Executivo nº 83/2020. Esse incentivo fiscal foi reconhecido no resultado do exercício da Companhia. Em atendimento ao que determina a Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 2091-A, de 28 de dezembro de 2007, o valor do imposto de renda que deixar de ser pago não poderá ser distribuído aos acionistas, devendo ser transferido para a rubrica "Reserva de incentivos fiscais" nas reservas de lucro, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social. **27.2. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido** - O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do imposto de renda e da contribuição social corrente. As bases utilizadas para o cálculo dos impostos diferidos são revisadas a cada exercício e ajustadas quando necessário. **27.3. Despesas de imposto de renda e contribuição social no exercício** - Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

Composição	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	42.087	29.326
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL	(14.310)	(9.971)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações e contribuições	(205)	(92)
Multas indebitáveis	(149)	(182)
Juros sobre o capital próprio	4.141	3.828
Outras adições/exclusões	(99)	207
Incentivo fiscal SUDENE	3.291	1.751
Incentivo fiscal PAT	195	119
Doações dedutíveis	-	10
Despesa de IRPJ e CSLL	(7.136)	(4.330)
IRPJ e CSLL corrente	(7.260)	(4.615)
IRPJ e CSLL diferido	124	285
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	16,96%	14,77%

28 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros. Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem. **28.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros** - Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo é mensurado com base em premissas que incluem abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue: (a) Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (b) Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; (c) Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos e passivos financeiros são classificados e mensurados, considerando suas respectivas características, como: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) valor justo por meio do resultado (VJR). O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Nota	Nível	31/12/2023		31/12/2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	5	2	45.662	45.662	49.301	49.301
Consumidores e concessionárias e permissionárias	06/16	2	55.226	55.226	41.199	41.199
Ativos financeiros setoriais, líquidos	9	2	-	-	940	940
Repasso CDE	10	2	27.366	27.366	2.968	2.968
			128.254	128.254	94.408	94.408
Valor justo por meio do resultado						
Ativo financeiro indenizável	12.1	2	17.330	17.330	12.813	12.813
			17.330	17.330	12.813	12.813
			145.584	145.584	107.221	107.221
Passivos financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	15	2	28.702	28.702	25.353	25.353
Concessionárias e permissionárias	16	2	3.690	3.690	-	-
Arrendamentos	14.2	2	5.253	5.253	6.332	6.332
Passivos financeiros setoriais, líquidos	9	2	41.313	41.313	-	-
Empréstimos e financiamentos	17	2	41.308	41.308	1.008	1.008
Encargos setoriais	20	2	6.176	6.176	5.629	5.629
			126.442	126.442	38.322	38.322
			126.442	126.442	38.322	38.322

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são fundamentadas na semelhança significativa desses instrumentos com aqueles que seriam negociados no mercado. **28.2. Gestão de riscos** - O gerenciamento de riscos é uma ferramenta fundamental no âmbito das práticas de Governança Corporativa, estando perfeitamente alinhado ao processo de planejamento dos objetivos estratégicos da Companhia. Esse enfoque proativo permite identificar, avaliar e responder de forma eficiente a eventos ou situações que possam representar ameaças para as estratégias planejadas do negócio. Os riscos, que são esses eventos ou situações indesejáveis, podem emergir de várias fontes, tais como incertezas econômicas, mudanças regulatórias, desastres naturais e falhas tecnológicas, entre outras. O objetivo do gerenciamento de riscos é reduzir a probabilidade de ocorrência desses eventos e, caso ocorram, minimizar seu impacto sobre o negócio. Para garantir a estabilidade da liquidez e rentabilidade da Companhia, são monitorados todos os riscos que possam comprometer seu desempenho. Nesse contexto, são recomendadas estratégias de proteção, como o uso de hedge, para mitigar os riscos associados a fatores como câmbio, juros e inflação, sempre em conformidade com as estratégias definidas. Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir: **28.2.1. Risco de mercado** - No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros, que se encontram detalhados a seguir: **Risco cambial** - O risco cambial surge devido à possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, o que pode resultar em perdas para a Companhia, especialmente em situações de valorização de moedas estrangeiras em relação ao Real. A Companhia enfrenta exposição ao risco de variação cambial, especificamente relacionado ao Dólar, decorrente dos pagamentos de energia elétrica adquirida de Itaipu. No entanto, é relevante destacar que os efeitos financeiros dessa variação cambial são repassados ao consumidor através da tarifa, utilizando o mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Valores de Itens da Parcela A - CVA. Adicionalmente, com o objetivo de proteger o resultado e o fluxo de caixa da Companhia contra oscilações nas taxas de câmbio, em 31 de dezembro de 2021, a empresa possuía uma operação de instrumento derivativo cambial para a dívida em moeda estrangeira, vinculada ao Euro. Essas operações foram liquidadas no ano de 2022, e após essa data, não foram firmados novos instrumentos derivativos, visto que nenhum outro contrato em moeda estrangeira foi realizado. **Risco de taxa de juros e variações monetárias** - Este risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou em outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras referentes a empréstimos, financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Para mitigar esse risco, a empresa adota uma abordagem proativa, realizando monitoramento constante das taxas de juros de mercado. O objetivo é avaliar a eventual necessidade de contratar proteção contra a volatilidade dessas taxas, visando reduzir a exposição a mudanças abruptas e imprevisíveis nos custos de financiamento ou nos retornos de aplicações financeiras. Além disso, a Companhia implementou uma análise de sensibilidade para mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a esses riscos. A análise busca estimar o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress, mantendo outras variáveis constantes. No cenário provável, foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras, incorporando variações nos indicadores: CDI/Selic de 9,00% e IPCA de 3,86%, conforme previsto na mediana das expectativas de mercado para 2024 do Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 19 de janeiro de 2024. Por sua vez, os cenários II e III, consideram uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco primário do instrumento financeiro em comparação ao nível empregado no cenário provável. Essa análise é conduzida como resposta a eventos extraordinários que possam impactar o cenário econômico. A tabela a seguir demonstra o efeito decorrente da variação das taxas de juros que poderá ser reconhecido no resultado da Companhia no exercício seguinte caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Risco	Taxa no exercício	Saldo Exposição	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	Queda CDI/Selic	9,00%	38.707	3.484	(871)	(1.742)
Ativo financeiro indenizável	Queda IPCA	3,86%	17.330	669	(167)	(334)
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Aumento IPCA	3,86%	(41.949)	(1.619)	405	810
	Aumento CDI/Selic	9,00%	(6.114)	(550)	138	275
Parcelamento de tributos	Selic	9,00%	(6.114)	(550)	138	275
Passivos financeiros setoriais, líquidos	Aumento CDI/Selic	9,00%	(41.313)	(3.718)	930	1.859

28.2.2. Risco de liquidez - O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não conseguir cumprir seus compromissos nos respectivos vencimentos. Para mitigar esse risco, a gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente medidas que incluem o alongamento dos prazos dos empréstimos e financiamentos, a desconcentração dos vencimentos e a diversificação de instrumentos financeiros. O monitoramento contínuo do fluxo de caixa permite identificar eventuais necessidades de captação de recursos com antecedência suficiente para estruturação e escolha das melhores fontes. No caso de haver sobras de caixa, a Companhia realiza aplicações financeiras com o objetivo de preservar sua liquidez. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 38.707 (R\$ 45.494 em 31 de dezembro de 2022). A seguir são apresentados os fluxos de caixa contratados, em 31 de dezembro de 2023:

Passivos financeiros	2024	2025	2026	2027	2028	2029+
Não derivativos						
Fornecedores	28.702	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias	3.690	-	-	-	-	-
Arrendamentos	1.167	1.259	1.359	1.468	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.576	2.238	2.238	2.238	2.238	30.780
Encargos setoriais	6.176	-	-	-	-	-

28.2.3. Risco de crédito - O risco de crédito se refere à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. Esse risco está relacionado principalmente aos grupos descritos a seguir: **Consumidores** - O contrato de concessão de distribuição estabelece a prestação de serviços de forma abrangente dentro da área de concessão e impede que aspectos relacionados à renda sejam utilizados para recusar novos consumidores. Embora essa regra limite a consideração de fatores de risco de inadimplência para novos clientes, a Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, sendo a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes a principal delas. Adicionalmente, a Companhia oferece diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, incluindo call center, lojas de atendimento presencial, internet e aplicativo. Isso permite ao consumidor a possibilidade de negociar permanentemente os valores em aberto. O risco de a Companhia incorrer em perdas devido à dificuldade de receber os valores faturados de seus clientes é considerado baixo. Esse baixo risco de crédito é atribuído à grande diversificação dos clientes atendidos pela empresa. O saldo das perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro de

30 Saldo e transações entre partes relacionadas

As partes relacionadas da Companhia incluem seus acionistas, empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração. As principais transações realizadas entre partes relacionadas, reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar, juntamente com as receitas e/ou custos/despesas correspondentes, estão associadas a arrendamentos de imóveis, contratos de utilização do sistema de distribuição e transmissão de energia, compra de energia elétrica, bem como à prestação de serviços relacionados a operação e manutenção das atividades da Companhia. As transações derivadas das operações em ambiente regulado são faturadas conforme os critérios e definições estabelecidos pela ANEEL.

Parte relacionada	Tipo de transação	Vencimento	Ref.	31/12/2023	31/12/2022	Receita / (Despesa)	31/12/2023	31/12/2022
Santa Maria Participações S/A	Arrendamentos	2024	(a)	(5.253)	(6.332)	(1.460)	(1.537)	
Total - Arrendamentos				(5.253)	(6.332)	(1.460)	(1.537)	
Santa Maria Participações S/A	Prestação de serviços	2024	(b)	-	-	(2.920)	(7.332)	
Santa Maria Soluções Ltda.	Prestação de serviços	2024	(b)	-	-	(5.123)	-	
Santa Maria Participações S/A	Prestação de serviços	n/a	(c)	-	-	11	10	
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S/A	Prestação de serviços	n/a	(c)	-	-	8	7	
Santa Maria Energética S/A	Prestação de serviços	n/a	(c)	-	-	10	6	
Santa Maria Soluções Ltda.	Prestação de serviços	2023	(d)	-	-	(568)	(306)	
Total - Prestação de serviços				-	-	(8.582)	(7.615)	
Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.	Compra de energia elétrica	2034	(e)	(3.385)	(1.723)	(27.787)	(22.063)	
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S/A	Encargo de transmissão	n/a	(f)	-	-	101	96	
Total - Operações com energia elétrica				(3.385)	(1.723)	(27.686)	(21.967)	
Santa Maria Participações S/A	Ordem de dispêndio a reembolsar	2024	(g)	12	-	-	-	
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S/A	Ordem de dispêndio a reembolsar	2024	(g)	7	-	-	-	
Ángelo Arpini Coutinho	Ordem de dispêndio a reembolsar	2024	(g)	12	-	-	-	
Arthur Arpini Coutinho	Ordem de dispêndio a reembolsar	2024	(g)	19	-	-	-	
Martina Hulle da Silveira Coutinho	Ordem de dispêndio a reembolsar	2024	(g)	1	-	-	-	
Henrique Barbieri Coutinho	Ordem de dispêndio a reembolsar	2024	(g)	2	-	-	-	
Total - Ordem de dispêndio a reembolsar				53	-	-	-	
Total				(8.585)	(8.055)	(37.728)	(31.119)	

(a) Refere-se aos contratos de arrendamento de imóveis, corrigidos anualmente pelo IGP-M, destinados à sede administrativa e ao depósito de materiais da Companhia, anteriormente submetidos a anuência prévia da ANEEL e prorrogados nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021, Anexo V - Módulo V: Atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas. (b) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de leitura de medidores, entrega de contas, reaviso, corte e religação, anteriormente submetido à anuência prévia da ANEEL e prorrogado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021, Anexo V - Módulo V: Atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas. A partir do mês de maio de 2023 a parte contratada foi alterada, e o referido contrato passou a ser executado pela Santa Maria Soluções Ltda., controlada integral da Santa Maria Participações S/A (c) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica. (d) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de instalação de sistema de comunicação, firmado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021, Anexo V - Módulo V: Atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas, e previamente anuído pela ANEEL conforme Despacho nº 184, de 23 de janeiro de 2023. Além disso, abrange o contrato de prestação de serviços relacionados a manutenção elétrica, treinamentos técnicos e divulgação de projetos vinculados ao Programa de Eficiência Energética (PEE), cujo objeto é dispensado de anuência prévia pelo órgão regulador. (e) Refere-se ao contrato de compra de energia elétrica, firmado a partir de licitação pública, aprovado nos termos do Despacho ANEEL nº 2.666/2020. (f) Refere-se ao contrato de uso do sistema de distribuição. O valor devido é calculado pelo produto da parcela da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD pelo respectivo valor contratado do Montante de Uso do Sistema de Distribuição - MUSD. (g) Refere-se, principalmente, a montantes relativos ao rateio de prêmios de seguro consolidados em uma única apólice. Os valores registrados são reembolsados no mês em que o dispêndio ocorre, não afetando, portanto, o resultado nem o

2023, considerado adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, é de R\$ 3.883 (R\$ 2.894 em 31 de dezembro de 2022). **Instituições financeiras** - Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia procura mitigar o risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. Adicionalmente, todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que possuem características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI e não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras. **Ativos financeiros setoriais** - Os ativos financeiros setoriais derivam das diferenças entre os custos previstos pela ANEEL e os incluídos na tarifa no início do período tarifário, em comparação com os custos efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Anualmente, a ANEEL revisa as tarifas da Companhia e incorpora esses ativos nas mesmas. Além disso, o contrato de concessão também garante que a Companhia será indenizada pelos saldos remanescentes de eventual insuficiência de ressarcimento pela tarifa, decorrente da extinção, por qualquer motivo, da concessão. **Ativo financeiro indenizável** - O saldo refere-se a valores a receber a título de indenização do Poder Concedente e decorre dos investimentos realizados na infraestrutura da concessionária, que não serão recuperados por meio da prestação de serviços outorgados até o final da concessão. O contrato de concessão garante o direito da Companhia à indenização dos ativos de infraestrutura ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em procedimentos de fiscalização da agência. **28.2.4. Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica** - A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Companhia é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017. Conforme previsto na regulamentação do setor elétrico, em especial o Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no Mercado de Curto Prazo - MCP. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP. **28.2.5. Risco de vencimento antecipado de dívidas** - A Companhia possui contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (Covenants), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro. Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos covenants por contrato aparecem descritos individualmente na Nota Explicativa nº 17.1. Até 31 de dezembro de 2023 todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude. Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas para os financiamentos na respectiva Nota Explicativa nº 17.1. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. **28.2.6. Risco regulatório** - Por se tratar de uma atividade regulamentada e fiscalizada pelo órgão regulador e outras entidades relacionadas ao setor, a Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos. Qualquer alteração no ambiente regulatório pode exercer impacto sobre suas atividades. Para mitigar os riscos regulatórios, a Companhia realiza o monitoramento constante dos cenários que envolvem o negócio. **28.2.7. Risco hidrológico** - A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduz o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, ocasionando, além de um risco de racionamento de energia, um aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de encargos de sistema elétrico em decorrência do aumento do despacho das usinas termoeletricas,

»»» Continuação EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneratória e sujeito à aprovação pela assembleia geral. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as participações estatutárias foram calculadas da seguinte forma:

Composição	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias	34.951	24.996
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(3.291)	(1.751)
Lucro líquido do exercício ajustado	31.660	23.245
Participações estatutárias (10%) - Observado o art. 152, § 1º da LSA	2.732	2.324
INSS sobre participações estatutárias (20%)	546	465
FGETS sobre participações estatutárias (8%)	219	186
Participações estatutárias	3.497	2.975

31 Cobertura de seguros

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

Ramos	Ref.	Data de vencimento	Limite de indenização	
			31/12/2023	31/12/2022
Risco operacional	(a)	29/09/2024	74.054	70.766
Responsabilidade civil geral	(b)	29/09/2024	2.000	2.000
Responsabilidade civil de administradores e diretores		28/12/2024	20.000	-
Total			96.054	72.766

(a) **Risco operacional:** cobertura securitária das substâncias e demais equipamentos, bem como da sede administrativa e do depósito de materiais da Companhia. (b) **Responsabilidade civil geral:** cobertura securitária para danos materiais e morais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia. Além das apólices de seguro relacionadas, a Companhia também assegura cobertura para a frota, proporcionando aos terceiros afetados em casos de sinistro proteção contra danos pessoais e/ou materiais ocorridos.

31.1. Despesas pagas antecipadamente - O montante de despesas antecipadas apresentado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está dividido nos seguintes ramos:

Ramos	31/12/2023	31/12/2022
Risco operacional	284	243
Responsabilidade civil	24	22
Frota	106	74
Responsabilidade civil de administradores e diretores	10	-
Total	424	339

32 Compromissos de longo prazo

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia elétrica, como segue:

Vigência	Contratos de compra de energia - R\$ mil							
	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Após 2030	
2025 a 2054	128.354	135.413	142.861	150.718	159.008	167.753	3.096.704	

Os valores acima representam o volume total contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2023, e foram homologados pela ANEEL.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cícero Machado de Moraes
Presidente

Miguel Coutinho Coelho da Silva - Vice-Presidente

Renata Barbieri Coutinho - Membro

Fernando Antonio Moreira Calaes - Membro Independente

Angelo Arpini Coutinho Filho - Membro

DIRETORIA

Arthur Arpini Coutinho
Diretor-Presidente

Angelo Arpini Coutinho
Diretor Vice-Presidente

Angelo André Bosi
Diretor

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Carlos Alberto Lima
Contador - CRC: ES/009263/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.
Colatina - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor da auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento

Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude

ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2024
Mazars Auditores Independentes
CRC nº 2SP023701/O-8
Rodrigo de A. Albuquerque
CRC CE019775/O-9 T-RJ



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 12/04/2024**

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

2246 ELFSM-BALANCO .pdf

Código do documento: 2246



Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Registro de Eventos:

12 abr 2024, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 2246

Criado por: Mariana Melim **Email:** artemariana@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2024-04-12T04:19:53-03:00

12 abr 2024, 04:19:53 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2024-04-12T04:19:53-03:00

12 abr 2024, 04:19:53 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

E-Mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Emissor do Certificado: CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2024-04-12T04:19:53-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: fa1ae93f11bca1ffe22a368689db5a362f2c2717bf8592205e3c228aad790f0c

[SHA512]: a4c4ebd0e91f891609535375fd0a968f18ff69abcd5688b0dc522a51b1581b12106eb939c10405b0c809b416e45ea1675f244797634b0306453ad725d5449062

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB